

## Transcrição 434ª ROP CONSEMA

1  
2  
3 **00:00:50 Glória Roberta Paffi:** Muito bom dia a todos, dando início aos trabalhos. Verificado o  
4 quórum. Um bom dia, senhor secretário Jonatas, que conduzirá a reunião, substituindo a  
5 presidente.

6  
7 **00:01:03 Jonatas Trindade:** Bom dia a todos. Acho que o frio espantou um pouquinho o pessoal  
8 hoje aqui no plenário. Realmente está muito frio, ainda tem um feriado, provavelmente muita gente  
9 antecipando a ida para os locais, para descansar merecidamente.

10  
11 **00:01:25 Glória Roberta Paffi:** Dando continuidade, informo que a transmissão está sendo ao  
12 vivo, na sala desta reunião, e pode ser acessada também na página da SEMIL, através do canal do  
13 *YouTube*. Passo também para a primeira parte do expediente preliminar que tratará sobre a  
14 comunicação da presidência, comunicações dessa Secretaria Executiva, bem como de assuntos  
15 gerais e inclusões de urgência na ordem do dia. Em continuidade ao expediente preliminar,  
16 informo que não houve tempo hábil para o envio das atas anteriores, da 432ª reunião e da 430ª  
17 reunião do plenário, e que os documentos serão encaminhados oportunamente na próxima  
18 convocatória. Passo agora as comunicações da presidência, senhor Jonatas.

19  
20 **00:02:11 Jonatas Trindade:** Bom dia. Primeiramente falar que antes de ontem comemoramos o  
21 Dia da Mata Atlântica. Acho que é uma data bastante simbólica, em que tivemos a oportunidade  
22 de inaugurar um viveiro do estado de São Paulo, que tem uma capacidade de produção de 1 milhão  
23 de mudas. É um projeto de tecnologia, inovação, dentro da perspectiva do NIT, conduzido pelo  
24 Instituto de Pesquisas Ambientais. Foi uma cerimônia bem proveitosa no sentido de ter esse  
25 contato com pessoas do setor que tenham interesse na questão da produção de madeira e resina.  
26 Então, ele tem um foco inicial de pesquisa muito relacionada à questão de exóticas, mas também  
27 tem um trabalho, que o IPA pretende desenvolver nesse viveiro de nativas, em especial de nativas  
28 do Cerrado, a importância também do Cerrado. Então, foi um evento bastante proveitoso e de uma  
29 possibilidade de troca de experiências e de aprendizado. Eu acho que esse é um primeiro ponto  
30 que eu gostaria de destacar, o trabalho que vem sendo conduzido pelo IPA, a possibilidade de  
31 parcerias com a iniciativa privada, com o objetivo de, realmente, buscar a inovação, em especial  
32 nas temáticas que o IPA desenvolve, não só da questão florestal, mas a questão de todo o  
33 conhecimento biológico e geológico, e toda a experiência que o pessoal tem nas diversas temáticas.  
34 Aproveitar também a oportunidade para falar um pouquinho da Semana do Meio Ambiente. Nós  
35 estamos chamando de Semana do Meio Ambiente porque fizemos uma programação bastante  
36 robusta para a Semana do Meio Ambiente, começando no domingo numa visita ao Parque  
37 Ecológico do Tietê, em que a gente vai ter um plantio simbólico de muda e algumas atividades  
38 associadas. Secretária Natália, por favor.

39  
40 **00:04:27 Natália Resende:** Bom dia, tudo bem? Desculpa meu pequeno atraso aqui. Eu também  
41 não vou conseguir ficar muito tempo, mas passei mais para participar aqui do início, e sempre com  
42 felicidade estar aqui junto com vocês na nossa reunião do CONSEMA. Mas pode continuar,  
43 Jonatas, você estava falando para não te atrapalhar, já atrapalhando. A gente vai ter, na semana  
44 que vem, uma série de programações, e aí eu acho que é importante passar um pouquinho, se você  
45 quiser falar, vou só introduzir aqui. A gente veio, ao longo desses últimos meses e, claro, olhando  
46 sempre o que a gente lançou no Dia Mundial do Meio Ambiente também no ano passado, tudo que  
47 a Secretaria vem fazendo aqui para, seja fazer um balanço, e aí dentro daquelas 21 ações que a

48 gente colocou, dentro dos nossos eixos, seja também anunciar novas medidas olhando  
49 biodiversidade, olhando muito também a questão de resiliência, adaptação climática, o nosso  
50 comitê, o nosso conselho que a gente quer que funcione, uma governança mais bem estruturada,  
51 seja por uma necessidade que a gente viu, que a gente observou ao longo dos últimos anos, e  
52 também pelo que vem acontecendo, claro, não tem como a gente não deixar de falar dos nossos  
53 irmãos do Rio Grande do Sul, que a gente vem ajudando também aqui via Secretaria, e a Sabesp  
54 também, todo o governo do estado, para gente conseguir caminhar junto nessa pauta que é tão  
55 importante, que a gente precisa fortalecer. E aí também, uma série de ações, Jonas, eu vou deixar  
56 para você detalhar, vou ficar aqui complementando, mas só para convidar, acho que o importante  
57 aqui é fazer o convite para todos participarem, então tem uma semana inteira, a gente vai fazer  
58 alguns anúncios, cada dia a gente vai ter uma programação, mas já deixando o convite para todos  
59 participarem, é muito importante esse envolvimento, seja dos órgãos públicos, da sociedade civil,  
60 para a gente conseguir, de fato, promover, falar, conversar, mostrar tudo o que a gente vem  
61 fazendo, tudo que precisa ser feito e fortalecer essa governança, seja na parte de mudanças  
62 climáticas, de emergência, seja como um todo, também olhando o nosso meio ambiente, as outras  
63 áreas que perpassam aqui a Secretaria, para a gente conseguir fazer tudo de uma forma muito bem  
64 integrada. Jonas, vou passar para você, para você detalhar, tá?

65

66 **00:07:08 Jonas Trindade:** A programação, a assessoria de comunicação disse que estava  
67 finalizando a arte, e aí nós vamos encaminhar a programação para todos os conselheiros por e-  
68 mail. São várias atividades, começando realmente no domingo, lá no Parque Ecológico Tietê, com  
69 plantio simbólico de espécies nativas e atividades associadas, tanto a questão da fauna silvestre,  
70 em especial fauna silvestre, tendo em vista, em especial, a questão do combate ao tráfico de  
71 animais silvestres, que é um assunto que tem uma relevância para a gente, e aí nós estamos  
72 chamando como Dia da Biodiversidade, Educação e Conscientização Ambiental, esse primeiro  
73 dia, que começa no domingo. No dia 3, a gente tem também uma série de atividades, com destaque  
74 para a operação São Paulo Sem Fogo, em que a gente quer divulgar e fortalecer essa agenda, que  
75 é uma agenda que envolve diversos atores do estado de São Paulo, e também fazer uma divulgação  
76 dos avanços da pesquisa realizadas aqui pelo estado, então vai ter uma apresentação, seminário  
77 aqui realizado pelo IPA, organizado pelo IPA aqui na Secretaria, e outras atividades em paralelo,  
78 é um conjunto robusto de atividades, só da Secretaria, cada dia tem momentos no período da manhã  
79 e à tarde, então vai ser a semana cheia de programação. A Fundação Florestal também fez uma  
80 programação com mais de 200 atividades nas Unidades de Conservação, então abrir o parque para  
81 o público e que a gente possa ter essa troca, com olhar, principalmente na questão de educação  
82 ambiental, e nessa questão também, com olhar forte na questão da conservação e restauração, então  
83 vai ter esse dia específico para tratar da questão dos incêndios, vai ser um dia também para tratar  
84 dessa agenda, é uma agenda forte de balanço que a Secretaria quer mostrar o que vem  
85 desenvolvendo, então vai ter uma atividade no Palácio dos Bandeirantes no dia 5, com o objetivo  
86 de divulgar o que a gente planejou, se dispôs a fazer e o resultado que a gente colocou, como a  
87 Natália fez, e também uma série de ações que a gente pretende, que a gente está desenvolvendo e  
88 pretende realizar para esse ano e para o próximo, ou para os próximos anos, dentro do que a gente  
89 colocou dentro do nosso planejamento do PPA, e além da publicação de alguns decretos, eu não  
90 sei se a gente pode antecipar ou aguarda, faz a surpresa, que tem a ver muito com a lógica e com  
91 a forma como a gente quer que o estado de São Paulo esteja cada vez mais fortalecido na sua  
92 agenda ambiental. Nós temos também um dia específico, e aí, esse dia 5 é um dia muito  
93 relacionado à resiliência e adaptação climática, então, boa parte dessas medidas tem essa relação  
94 e também tem um fortalecimento da educação ambiental, em especial com essa temática nas

95 escolas, então, tem algumas ações que a gente quer divulgar nesse dia. Na quinta-feira, nós temos  
96 outras atividades também com foco principalmente na fauna silvestre, na questão da restauração  
97 ecológica, a importância da biodiversidade nesse contexto, e também na questão de bioeconomia  
98 e finanças verdes. Nós vamos ter uma atividade externa também para divulgação do Programa  
99 Nascentes, vamos fazer uma visita técnica a um projeto do Nascentes, e aí nós vamos lá para  
100 Joanópolis para poder fazer essa divulgação e fazer essa visita de campo. Também um  
101 fortalecimento da agenda da coleta seletiva de lixo. No dia 6, fazer um trabalho forte também em  
102 relação à questão da conscientização ambiental, em especial na questão da educação ambiental.  
103 Dia 7 e dia 8 tem um foco nas Unidades de Conservação, e um foco também, no dia 8, nos oceanos,  
104 que no dia 8 é o dia dos oceanos, então a gente quer fazer uma atividade no litoral. A programação  
105 vai ser detalhada, encaminhada a todos os senhores e senhoras, e é realmente aberta a todos e  
106 esperamos que quem puder, que possa participar desse momento, que vai ser um momento bastante  
107 profícuo, em especial, para dar uma devolutiva para a população paulista do que a gente vem  
108 desenvolvendo ao longo do tempo.

109

110 **00:12:26 Natália Resende:** Só fazer aqui um resumo dos informes que a gente encaminhou para  
111 todos, destacar aqui alguns pontos. A gente assinou com a Secretaria de Agricultura uma resolução  
112 que fomenta empreendimentos de biogás e biometano, muito com uma lógica de olhar a transição  
113 energética, mais até a descarbonização, a gente já tem uma energia muito limpa aqui no estado, no  
114 Brasil de forma geral, mas a gente precisa também ver outras fontes, outras rotas e como a gente  
115 estimula isso. Até nessa linha, não está aqui posto, mas para trazer aqui para o conselho a  
116 aprovação que a gente fez ontem do nosso Plano de Energia, Plano Estadual de Energia, com  
117 horizonte até 2050, é um plano muito importante, também foi posto em consulta pública, a gente  
118 recebeu 601 contribuições, analisamos todas, incorporamos várias, esclarecemos vários pontos. A  
119 gente aprovou no Conselho de Política Energética, que a gente reativou aqui no estado, um  
120 documento muito robusto, a gente fez em conjunto com a USP uma parte qualitativa, quantitativa,  
121 mostra lá todas as trajetórias que a gente pretende em relação à descarbonização, a utilização de  
122 várias rotas, de tecnologias variadas até 2050. Ele olha muito também o Plano de Ação Climática,  
123 que a gente fez aqui, todas as iniciativas que a gente está fazendo em transporte, por exemplo, que  
124 é um dos pontos que a gente precisa atacar quando a gente fala de energia também, olhando ali no  
125 longo prazo. Então a gente deve fazer a publicação também, só vai passar por diagramação,  
126 revisão, a gente vai deixar uma versão em inglês também para levar para a COP, para a gente  
127 conseguir divulgar esse trabalho, que é um trabalho de referência, não tenho dúvida, não só aqui  
128 no Brasil, mas para o mundo também, porque foi o primeiro Plano de Energia subnacional do  
129 Brasil, então, vale muito a pena, deixar aqui nossos agradecimentos a nossa equipe aqui de energia,  
130 o pessoal da USP, que ajudou muito também, um informe a mais que foi aprovado ontem no nosso  
131 Conselho de Política Energética. Monitoramento de borboletas frugívoras em São Paulo deve  
132 alcançar maior coleta de dados em 2024. E aí deixo aqui também nossos agradecimentos, Rodrigo,  
133 a toda equipe da Fundação Florestal, sempre juntos fazendo um trabalho muito, muito bom. A  
134 ararinha-azul ganhou um centro de conservação lá no zoológico, no contrato de concessão e a  
135 gente foi lá olhar, ver, fazer a inauguração. A gente fica muito feliz também com o andamento das  
136 obras e de todo o investimento dentro do contrato que foi realizado no final de 2022. A gente  
137 reforçou a conservação de cavernas, ampliou o alcance do PSA Juçara. A gente teve lá em  
138 Iporanga, Caverna do Diabo, para poder fazer a assinatura da resolução do nosso Conselho  
139 Espeleológico, para a gente conseguir fazer uma governança melhor em relação a isso, ter um  
140 desenvolvimento de uma forma sustentável, com critérios mais objetivos, trazendo também a  
141 sociedade civil, vendo como é que a gente consegue promover ali a geração de emprego e renda

142 na região, com a sociedade, com as comunidades e de uma forma olhando o meio ambiente  
143 também, e de uma forma primeira. E além disso, a gente anunciou lá uma série de medidas também  
144 da Fundação Florestal para a gente ampliar a questão do PSA Juçara. Também na parte de fauna  
145 doméstica, o Jonatas foi lá em São José do Rio Preto, para a gente começar a construção da clínica  
146 veterinária, investimento de 8.5 milhões. O nosso Núcleo de Conservação da Fauna Silvestre  
147 anunciou um novo filhote de mico leão preto, considerada espécie ameaçada de extinção. Na parte  
148 de recursos hídricos, a gente entregou 34 poços novos profundos, aumentando a oferta de água em  
149 27 cidades aqui do estado de São Paulo. Inauguramos também uma ciclovia aqui próxima da usina  
150 São Paulo, que a gente vem fazendo aqui junto com a nossa equipe de parques desde o ano passado,  
151 lá no meio ambiente, junto com DAEE também para poder evitar o destaludamento, e olhando,  
152 claro, a questão das ciclovias, os ciclistas. Acho que, de forma geral, tem outros pontos também  
153 que a gente encaminhou para vocês, mas só para destacar alguns e, de novo, reforçar o convite  
154 aqui para todos participarem semana que vem, da nossa Semana do Meio Ambiente. Roberta,  
155 obrigada, viu?

156

157 **00:17:13 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhora secretária. Dando continuidade, passo agora  
158 as comunicações da Secretaria Executiva. Haverá, no próximo dia 10 de junho, a 68ª reunião da  
159 Comissão Temática de Políticas Públicas. Passo agora as informações de assuntos gerais, de  
160 urgência e da ordem do dia. Senhora secretária, senhor Jonatas, foi encaminhado para a inserção  
161 de pauta a indicação de dois conselheiros da sociedade civil para fazer parte do Feprac (Fundo  
162 Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas), do Conselho Feprac. Coloca-se  
163 para ordem do dia, na pauta, se assim os conselheiros decidirem.

164

165 **00:18:01 Jonatas Trindade:** Vamos colocar para votação, para ver se alguém tem algo contra,  
166 alguma observação.

167

168 **00:18:06 Glória Roberta Paffi:** Alguém tem algo contra para colocar no item de pauta, a  
169 inclusão?

170

171 **00:18:12 Jonatas Trindade:** Só para explicar um pouquinho, o Feprac é um fundo, não é? Deixa  
172 eu explicar, é uma inserção de pauta que foi solicitada após o encaminhamento da pauta para os  
173 senhores e senhoras, para que a gente possa colocar em prática, voltar a funcionar de uma forma  
174 efetiva o Fundo Estadual para a Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas. Esse Fundo tem  
175 algum tempo que não tem funcionado, não tem se reunido, e a ideia é voltar a ele o mais rápido  
176 possível para que a gente traga efetividade e a ação a esse Fundo, e a ideia é a inserção de pauta,  
177 em caráter de urgência, para aprovação desse plenário ao assunto referente à indicação de  
178 representantes, titular e suplente de organização não governamental, que tenha assento nesse  
179 Conselho, que faz parte do Fundo, então a gente está pedindo isso, que a gente possa inserir e fazer  
180 a escolha de dois representantes da sociedade civil para constituírem esse conselho. E aí a gente  
181 coloca para votação, pede para avaliar se a gente pode incluir ou não isso na pauta, essa demanda  
182 na pauta. Alguém tem algum ponto? Podemos votar em relação a essa inserção na pauta? E o  
183 Henrique levantou a mão, por favor, Henrique.

184

185 **00:19:50 Henrique Kefalás:** Bom dia a todos e todas. O meu ponto não é sobre essa inserção no  
186 item de pauta, eu gostaria de comentar sobre um outro item que está na pauta, que eu mandei uma  
187 solicitação por e-mail ontem, então seria nesse sentido, não sei se agora é o melhor momento para  
188 eu fazer essa colocação.

189

190 **00:20:13 Jonatas Trindade:** Podemos fazer como um segundo momento, nessa mesma discussão,  
191 Henrique, sem problema nenhum.

192

193 **00:20:18 Henrique Kefalás:** Está bem, então eu aguardo aqui um pouquinho.

194

195 **00:20:19 Jonatas Trindade:** Então o pedido é para a inserção dessa pauta do Feprac, e aí a  
196 diretora Carolina pode até explicar um pouquinho melhor, qual é a lógica, qual é a discussão, e  
197 qual é o trabalho que está sendo feito, e, num segundo momento, a gente coloca em votação, o  
198 pedido do Henrique chegou ontem, em relação à retirada da apresentação do acordo quilombola  
199 da fazenda, que ia ser feito pela Fundação Florestal, que a ideia era fazer essa apresentação hoje.  
200 Por favor, Carolina.

201

202 **00:20:50 Carolina Fiorillo:** Bom dia a todos e todas. Bem, como o Jonatas falou, é um pedido de  
203 inserção de pauta. A gente está com a programação de que essa reunião aconteça no final de junho,  
204 já tem até uma data, que é dia 20. Então, eu já vinha aqui conversando com todos sobre esse  
205 assunto, que a gente já estava trazendo ele à tona, então, acho que é a segunda vez que eu venho  
206 aqui falar sobre isso, na reunião passada eu também trouxe isso, disse que seria solicitado do  
207 CONSEMA essa indicação, porque tem essa vaga em específico que a gente está tratando agora,  
208 então, é nesse sentido que eu peço que considere então, que a gente possa fazer essa votação para  
209 que permita o quórum completo na reunião que a gente já enviou até alguns *save the dates* para  
210 que a gente possa realmente efetivar essa convocação e que a reunião aconteça, vai ser aqui na sala  
211 do CONSEMA também, no dia 20, às 14:30 da tarde. Então, muito obrigada.

212

213 **00:22:04 Glória Roberta Paffi:** Dando continuidade, então colocado em pauta esses dois assuntos  
214 para discussão. Pode colocar em votação?

215

216 **00:22:14 Jonatas Trindade:** Vamos colocar em votação o primeiro assunto da inserção. Tem  
217 alguém contrário, alguém gostaria de se manifestar? Então podemos considerar como aprovado.  
218 Em relação ao segundo ponto, Henrique, você quer explicar para a gente poder levar a discussão?

219

220 **00:22:32 Henrique Kefalás:** Pode ser sim, Jonatas, obrigado. Bom pessoal, bom dia. A gente  
221 recebeu o contato de representantes da Associação do Quilombo da Fazenda e de pessoas ligadas  
222 ao assessoramento técnico jurídico do Quilombo, no sentido de pedir que esse item de pauta fosse  
223 adiado, que a gente pudesse ter uma outra oportunidade de apresentar esse acordo judicial, para  
224 que isso fosse dado a oportunidade dessa parte do acordo, a Associação do Quilombo estar presente  
225 no dia da apresentação disso, e que a própria Associação possa também fazer uma apresentação,  
226 uma fala acerca do como foi esse acordo. Então, o pedido foi para que a gente adie isso, coloque  
227 numa data que seja possível para o pessoal da Associação do Quilombo, para que possa estar  
228 presente durante a reunião do CONSEMA, e que também possa apresentar esse acordo,  
229 entendendo que o acordo tem duas partes, então é interessante a gente ouvir essas duas partes no  
230 momento de tomar conhecimento disso, até porque é um acordo que tem um plano de trabalho,  
231 um cronograma de obrigações das partes e que isso deve ser monitorado e cumprido, então, que  
232 eu acho que é bem interessante a gente entender isso pela perspectiva das partes do acordo e que  
233 o CONSEMA possa, inclusive, se colocar como um ator relevante no apoio ao monitoramento da  
234 execução desse acordo. Então, diante dessa circunstância, que a gente foi provocado a fazer esse  
235 pedido de retirada de pauta para adiamento disso, não é que a gente não quer que seja apresentado,

236 pelo contrário, a gente quer que seja apresentado por ambas as partes que estão envolvidas,  
237 implicadas nesse acordo, e aí, numa data futura, acordada com os representantes da Associação do  
238 Quilombo da Fazenda.

239

240 **00:24:39 Jonatas Trindade:** A Fundação tinha pedido a inserção dessa pauta. Rodrigo, você quer  
241 explicar um pouquinho da lógica da apresentação, até para poder levar ao debate a manutenção, a  
242 retirada da pauta, por favor?

243

244 **00:24:47 Rodrigo Levkovicz:** Primeiro boa tarde a todos, bom dia Natália. Bom, eu estive lá no  
245 Quilombo, e apresentei lá, dentro do nosso acordo judicial...

246

247 **00:26:24 Jonatas Trindade:** Pessoal, caiu a conexão aqui, nós conseguimos retornar. Vocês estão  
248 nos ouvindo? Ótimo. E aí eu tinha passado a palavra para o Rodrigo, da Fundação Florestal, para  
249 que ele explicasse a inserção da pauta, e justificasse, que foi um pedido da Fundação, para  
250 apresentar informações sobre acordo, e aí eu passei a palavra para o Rodrigo. Por favor, Rodrigo.

251

252 **00:26:44 Rodrigo Levkovicz:** Bom, primeiro bom dia, agora corretamente, a todas e todos. Eu  
253 estive lá na comunidade, e a gente tinha alinhado que ia ser feito uma apresentação bem objetiva  
254 aqui dos pontos principais do acordo, eu mesmo tive o cuidado de fazer a apresentação puxando  
255 as cláusulas, acho que isso é importante porque tem muita gente perguntando, o que vai ser feito,  
256 como vai ser feito. Eu acho que se a gente pudesse avançar nessa apresentação, pelo menos de  
257 nossa parte, e marcar uma data específica para a comunidade, talvez a gente desse mais  
258 transparência, mas assim, eu fiz uma coisa bem parcial e assim, bem tranquila. É muito mais no  
259 sentido, porque a gente tem sido indagado por diversos atores, tanto aqui em São Paulo, como em  
260 outros lugares, e a gente teve o cuidado de ir lá, colocar a necessidade de trazer isso aqui para o  
261 CONSEMA, mas assim, o que os conselheiros entenderem melhor, a gente acata, com todo o  
262 respeito, não tem nenhum problema, nossa apresentação está feita, mas se possível, até porque eu  
263 acho que a comunidade vai gostar, vai querer trazer com maior especificidade, a nossa  
264 apresentação é muito rápida, 10 minutos, se a gente puder seguir com ela hoje, e marcar uma data  
265 para a comunidade, se não também, a gente apresenta junto, não tem o menor problema, o que os  
266 conselheiros acharem melhor a gente está tranquilo para fazer, lembrando que a gente tem, viu,  
267 Henrique, eu acho que isso é importante, a principal coisa do acordo é: não temos mais duas visões,  
268 nós temos uma visão única que tem que ser construída, e é isso que a gente está tentando fazer, e  
269 agradecer muito a comunidade quilombola da Fazenda, e o apoio do Jonatas e da Natália, de ter  
270 fechado esse acordo histórico, sem vocês nada disso teria sido possível junto com a nossa querida  
271 e gloriosa PGE.

272

273 **00:28:41 Jonatas Trindade:** Ótimo, então vamos colocar para votação. Quem é favorável à  
274 retirada da pauta, permaneça como está, e aqueles que forem contrários à retirada, por favor, se  
275 manifestem. Eu só estou vendo alguém do Argonauta, Rosa Ramos também, que levantaram a  
276 mão, votando pela manutenção, é isso que eu estou entendendo? Porque os demais estão com as  
277 mãos abaixadas, então, pela maioria, estou entendendo que está tirando de pauta para a gente  
278 colocar. Henrique, você acha que é possível incluir para a próxima reunião? Chamá-los, convidá-  
279 los?

280

281 **00:29:31 Henrique Kefalás:** Acho que sim. Acho que, como o Rodrigo colocou, que se agora a  
282 gente tem uma visão uníssona, acho que reforça a possibilidade de apresentar isso junto. Então

283 daqui há um mês, na próxima reunião, então, tem que checar as datas lá com pessoal, posso ajudar  
284 nessa comunicação, mas acho que é possível, sim.

285

286 **00:29:56 Jonatas Trindade:** Então, por maioria, estamos tirando da pauta o item da apresentação  
287 do Acordo Quilombo da Fazenda.

288

289 **00:30:07 Glória Roberta Paffi:** Dando continuidade, então, há também a informação, senhor  
290 Jonatas e senhora Natália, referente ao decreto publicado hoje sobre a substituição dos conselheiros  
291 para nomeação, posso fazer leitura deles? Bom, no uso das atribuições, com fundamento no artigo  
292 12 e 13, o decreto 5587, de 2009, com alterações posteriores ao decreto 64.132, nomeia a seguir  
293 os indicados para integrar, como membros do plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente,  
294 de órgãos das entidades governamentais, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Felipe  
295 Vieira Alves, como suplente, em complementação ao mandato de Marcelo Alves de Carvalho. Da  
296 Secretaria de Segurança Pública, do Comando da Polícia Ambiental, o coronel Leandro Carlos  
297 Navarro, como substituição de Dinael Carlos Martins. Da Secretaria da Saúde, Cristiane Maria  
298 Tranquillini Rezende, como suplente, em complementação ao mandato de Lucas Ariel Totaro  
299 Garcia. Das entidades não governamentais, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de  
300 São Paulo, FAESP, José Luiz Fontes e Alberto Malfi Sardilli, em complementação aos mandatos  
301 de Ronaldo Severo Ramos e Gilmar Ogawa. Da Associação Paulista de Municípios, APM, Alan  
302 Perina Romão, em substituição à complementação do mandato de José Fernando Bruno.

303

304 **00:31:46 Natália Resende:** Declaro empossados, novos membros, desejando um ótimo trabalho  
305 para todos nós, para os novos membros também, sejam muito bem vindos. A gente fica muito  
306 satisfeito de contar com vocês aqui. Obrigada, Roberta.

307

308 **00:32:00 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhora secretária. Vamos passar agora a rodada de  
309 debates das manifestações dos conselheiros, com o tempo regulamentar de 30 minutos de fala,  
310 dividido entre os inscritos. Eu tenho aqui como inscrito o primeiro, o senhor coronel Leandro  
311 Navarro.

312

313 **00:32:00 Leandro Navarro (SSP):** Secretária Natália, subsecretário, Jonatas, bom dia. Bom dia,  
314 senhores conselheiros e conselheiras. Só para dar um destaque em duas ações do policiamento  
315 ambiental. No dia dois de maio nós tivemos uma ação muito exitosa na costa do litoral de Ubatuba,  
316 onde nós, através do serviço de inteligência, com apoio da inteligência da marinha também, nós  
317 localizamos e interceptamos uma embarcação do Rio de Janeiro efetuando pesca predatória aqui  
318 no nosso litoral. Foram 15 pessoas qualificadas e autuadas, gerando 26 milhões em multas, e cerca  
319 de 33 toneladas de pescados apreendidos e distribuídos nas comunidades ali do Litoral Norte,  
320 também para entidades filantrópicas. Então essa foi uma ocorrência que chamou bastante atenção  
321 logo no início do mês de maio. No dia 23 e 24, também de maio, através da operação HURACÁN,  
322 nós fechamos 18 fábricas clandestinas de balão, então, além de proteger com relação a queimada  
323 das nossas matas, também é uma ação que protege vidas com relação à segurança aeroviária. Nós,  
324 a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Segurança Pública, estão presentes, através do  
325 policiamento ambiental, lá no Rio Grande do Sul, especificamente em Porto Alegre. O  
326 subsecretário Jonatas esteve aqui na primeira turma que saiu aqui de São Paulo, lá do Horto, e foi  
327 em direção a ajudar nossos irmãos gaúchos nessa crise humanitária que eles estão sofrendo lá,  
328 então a Polícia Militar está com cerca de 250 policiais militares lá, alocados no Rio Grande do Sul,  
329 pelo menos até o dia 15 de julho, e do policiamento ambiental são 45, 13 viaturas e 10

330 embarcações. Para os senhores terem uma ideia, a brigada militar do Rio Grande do Sul, em Porto  
331 Alegre, tinha seis embarcações operando quando do início da tragédia, nós chegamos com 10  
332 embarcações, nós mais que dobramos a capacidade operativa, isso fez toda a diferença ali para  
333 aquele momento da operação. Então, é o estado de São Paulo firme e forte, com segurança, não só  
334 no nosso território, mas também podendo ajudar os irmãos nesse momento de grande tragédia. Até  
335 o momento, nós já estamos na segunda turma do policiamento ambiental, que está lá no Rio Grande  
336 do Sul. Foram 775 ações, dessas 114 pessoas resgatadas e 51 animais resgatados pelas nossas  
337 equipes embarcadas ali na região urbana de Porto Alegre. Então, senhores, é um orgulho muito  
338 grande para a gente, e essa também é uma ação que a gente tem que exaltar aqui em conjunto, do  
339 estado de São Paulo, da Polícia Militar, mas também com apoio aqui da Secretaria, essa ação  
340 conjunta que está salvando vidas lá em Porto Alegre. Eu estive lá por dois dias, junto com nosso  
341 comandante geral, e a situação é muito calamitosa ainda. Nós temos mais de 150 mil pessoas em  
342 abrigos. Da brigada militar lá, e do bombeiro, são quase 700 policiais que perderam tudo, todas as  
343 suas casas também. Então, nós estamos levando, além de ajudar toda a população, nós estamos  
344 levando também mantimentos e donativos arrecadados, no âmbito das Forças de Segurança  
345 Nacional, para esses policiais também, que perderam tudo e estão totalmente refugiados, eu  
346 aprendi essa palavra também lá, refugiados climáticos. Então é essa a situação que nós  
347 vivenciamos lá e vai demorar bastante para o estado se recuperar e vai precisar de bastante esforço  
348 da gente, principalmente do estado de São Paulo, pela pujança e estrutura que nós possuímos. E  
349 para finalizar, em comemoração, e a gente comemora trabalhando, então, na Semana do Meio  
350 Ambiente, nós vamos ter operações 24 horas, do dia 1 até o dia 7, ininterruptamente, no  
351 policiamento ambiental, em todo o território do estado, nós vamos fazer fiscalizações,  
352 principalmente nas estradas com relação ao transporte de madeiras de origem amazônica, com  
353 relação ao tráfico de animais que entram pelas nossas rodovias também. Vamos ter ações de  
354 presença e bloqueios nas Unidades de Conservação, nas vias de acesso, e no interior dessas  
355 Unidades de Conservação, para evitar qualquer tipo de tentativa de desmatamento ou infração  
356 dentro das Unidades de Conservação do nosso estado. Vamos ter ações com relação às nossas  
357 APAs Marinhas, então, embarcações nossas vão estar de maneira matricial, concentrada, fazendo  
358 ações de fiscalização nas APAs Marinhas de toda a costa do nosso litoral, e, para concluir isso  
359 também, nós elencamos 50 escolas municipais em áreas mais carentes para a gente fazer atividades  
360 presenciais de educação ambiental ambiental com os nossos policiais, então essa é a nossa  
361 contribuição para a Semana do Meio Ambiente, além das ações, em conjunto aqui, que nós temos  
362 junto com a Secretaria. Então é isso, senhores, meu muito obrigado, contem sempre com a Polícia  
363 Militar, e um bom dia de trabalho a todos.

364

365 **00:38:54 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, coronel Navarro. O próximo é o senhor Eduardo  
366 Misaka.

367

368 **00:39:01 Eduardo Missaka (CREA):** Bom dia a todos. Bom dia Roberta, Mayla, subsecretário  
369 Jonatas, prezados colegas. Primeiro eu gostaria de parabenizar o coronel Leandro pelas ações em  
370 Porto Alegre, acho que isso é muito importante, acho que essa solidariedade é muito importante  
371 para todos nós. E eu gostaria agora de divulgar, na verdade, em função da Semana do Meio  
372 Ambiente fazer um convite, que o CREA estará promovendo, no dia 6 de junho, a partir das 15  
373 horas, um evento relacionado ao meio ambiente, intitulado restauração e reabilitação de rios  
374 urbanos. Acho que é um tema bastante atual, esse convite já está, acho que já subiu no site do  
375 CONSEMA, e gostaria de contar com a presença de todos. A gente vai ter vários painéis com

376 assuntos muito interessantes, com palestrantes muito qualificados, e gostaria de contar realmente  
377 com a presença de todos. Então, era esse o meu aviso, Roberta, obrigado.

378 **00:40:08 Glória Roberta Paffi:** Obrigado, Eduardo. Próximo inscrito, Roberto Resende.  
379

380 **00:40:21 Roberto Resende:** Bom dia a todos. Agradecendo aqui, e seriam dois pontos, um até  
381 relacionado ao informe do coronel, que acho que a questão lá do Rio Grande do Sul, uma  
382 observação aqui que talvez a gente está passando, de obras hidráulicas de grande porte, a gente  
383 gostaria de retomar a discussão do Valo Grande, que em novembro do ano passado, quando a  
384 Fundação Florestal iria apresentar e foi adiado sobre o programa de conservação e restauração de  
385 mangues, a gente pediu um informe aqui para a Secretaria, especificamente para o DAEE, como  
386 responsável pela obra, e pela Cetesb, que é o encarregado do licenciamento, como anda a questão  
387 do fechamento das comportas dessa barragem, que é uma demanda histórica do Vale do Ribeira,  
388 tem ações judiciais, ela altera muito o regime hídrico lá da região, e esse assunto volta agora,  
389 quando se fala, de novo, como soluções mágicas no Rio Grande do Sul, de abrir canal na Lagoa  
390 dos Patos, então, tem um histórico aí do Valo Grande, que São Paulo tem, o Brasil tem, e a gente  
391 precisa retomar, que é uma responsabilidade aqui do estado de São Paulo, um encaminhamento  
392 para essa questão. E não adianta falar em conservação de mangue no Vale do Ribeira, litoral sul,  
393 se não solucionar essa questão lá da obra do Valo Grande. Então, a gente gostaria de reforçar o  
394 pedido de informações, de atualização, como anda, porque a Secretaria, a SEMIL, está ao mesmo  
395 tempo como licenciadora e como empreendedora, nesse caso. Em segundo ponto, que a gente até  
396 já comentou na reunião anterior, sobre o edital de chamamento para a escolha da sociedade civil  
397 do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, que até hoje a gente vai tratar do conselho lá da  
398 remediação de áreas contaminadas, sobre o processo de escolha dos representantes. O edital  
399 número 1 falava em em sorteio de entidades que se inscreveram. Foi comentado aqui, a gente  
400 acabou não tendo maiores informações sobre isso, depois teve outra publicação, que agora é a  
401 Assessoria de Mudanças Climáticas que vai escolher as entidades da sociedade civil que vão  
402 compor o conselho. Em contato, inclusive, com a frente parlamentar ambientalista, estão sendo  
403 encaminhadas duas indicações de lá, para que tanto o legislativo seja convidado como observador  
404 neste conselho, sem alterar a composição, sem direito a voto, que é uma demanda, então, da frente  
405 parlamentar ambientalista de mudanças climáticas, como também para que, da própria frente e de  
406 várias entidades, para que seja revista essa questão, porque a perda de autonomia dos segmentos  
407 da sociedade civil na escolha de seus representantes, a nosso ver é um retrocesso, e a gente já tem  
408 a solução para o próprio CONSEMA, que o CadEA, que tem, dentre os inscritos do CadEA, que  
409 é coordenado pelo estado, que já foi objeto de muita polêmica, mas está funcionando, e que o  
410 próprio colegiado, a representação no colegiado é escolhida pelo conjunto das sociedades inscritas,  
411 e não pelo estado ou sorteio. Então a gente gostaria de registrar novamente isso, reforçando as  
412 duas indicações da frente parlamentar ambientalista nesse sentido, a deputada Marina Helou, para  
413 que seja revisto, adaptado esse edital número 2, para que possa garantir a participação, tanto do  
414 legislativo como observador, quanto da sociedade civil, de uma forma mais autônoma e sem  
415 retrocesso que já acontece no próprio CONSEMA. E já provocar essa questão na discussão do  
416 colegiado de remediação de áreas contaminadas, sobre o critério de escolha dessa representação  
417 que a gente vai fazer hoje. Muito obrigado.

418  
419 **00:44:18 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Roberto Resende, pela manifestação.  
420 Passo agora a Malu Freire.

421  
422 **00:44:28 Malu Freire:** Oi, bom dia. Bom dia a todos e todas. Eu queria trazer aqui para vocês,

423 que nós reeditamos, a Coordenadoria de Educação Ambiental, reeditou duas das suas publicações.  
424 Uma delas é o Hábito Faz o Lixo, que é uma publicação para jovens, que trata de resíduos sólidos  
425 para jovens. Ela é uma publicação antiga da CEA, mas como todas as nossas publicações,  
426 periodicamente passam por revisões, inclusive pelo avanço das políticas públicas ambientais.  
427 Então, livro, assim, bem fresquinho, fizemos uma edição pequena, tiramos apenas 2 mil, vocês  
428 vão receber uma raridade, vamos dizer assim, porque está pra *download* para maior distribuição.  
429 E oportunamente também, até me referindo a fala aqui do coronel, coronel, nós reeditamos também  
430 o Cadernos de Educação Ambiental, ele é o número 8, já é um livro antigo, também, que nós  
431 temos, e que já fizemos a segunda edição agora totalmente revisado pelo IPA, pelo pessoal do  
432 geológico, e é uma contribuição da Coordenadoria de Educação Ambiental, porque ele traduz  
433 muitas das informações que são divulgadas de uma maneira muito técnica, ele procura a deixar  
434 mais acessível e também está para *download* no nosso site, é só acessar aqui o QR Code no final.  
435 Para aproveitar e dizer, secretário, que nós também estamos lançando o nosso primeiro curso de  
436 EAD, ele já está disponível, vai ser anunciado amanhã para o grande público, e é um curso para  
437 formuladores de políticas públicas em educação ambiental em geral, então para prefeituras, para  
438 ONGs, etc, então convido vocês novamente a acessar o nosso site, que está ficando cada vez mais  
439 rico, que é o Portal de Educação Ambiental. Muito obrigada a todos.

440

441 **00:46:49 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Malu. Próximo inscrito, Beloyanis.

442

443 **00:46:54 Beloyanis Monteiro:** Bom dia. Eu queria até parabenizar a iniciativa da Polícia Militar  
444 em relação ao Rio Grande do Sul, mas eu queria reforçar também que o que está acontecendo no  
445 Rio Grande do Sul seja um exemplo, tanto para o legislativo, o executivo, a União, quando se fala  
446 das leis ambientais que a gente tem visto nos últimos anos, são votos e leis anti ambientais, então,  
447 acho que o Rio Grande do Sul traz esse exemplo, que que não aconteça esse histórico em outros  
448 lugares, se acontecer, é óbvio que é uma questão natural, mas o mínimo impacto nesse sentido. Aí  
449 o seguinte, o outro, eu queria ver com o secretário, a participação do nosso diretor da SOS, para  
450 ele apresentar os dados do Atlas da Mata Atlântica, que nós lançamos agora no dia 27 de de maio.  
451 Então, acho que é importante trazer aqui para o Conselho, a apresentação desses dados do Atlas.  
452 Então, depois vou combinar com você, Roberta, uma data que a gente possa convidá-lo para vir  
453 aqui. E um outro ponto, o seguinte, eu tenho recebido várias denúncias, e a última que eu recebi,  
454 que eu quero trazer aqui, depois ver com o Rodrigo, como é que a gente faz esse encaminhamento,  
455 que é sobre a APA de Itupararanga. Acho que é o Rodrigo, da Fundação Florestal, que está  
456 presente. Rodrigo, é o seguinte, é uma denúncia que eu acabei de receber na semana passada, uso  
457 maior de água em relação a outorga, ruído maior que o estabelecido, e o desenvolvimento de uma  
458 atividade econômica nas margens de uma represa que faz parte de uma APA de mapa estadual e  
459 tem o uso de agrotóxico. Então assim, parece que tá tendo um problema sério, e aí eu queria ver  
460 com você da gente providenciar, eu precisava de mais dados, informação a esse respeito,  
461 encaminhar nesse sentido, que eu acho que o negócio é meio complicado, mas se você tiver alguma  
462 informação a esse respeito, aí você passa para nós. Muito obrigado e boa reunião para nós.

463

464 **00:49:22 Glória Roberta Paffi:** Obrigada Beloyanis. Próximo inscrito, conselheiro Alexandre  
465 Perinotto.

466

467 **00:49:30 Alexandre Perinotto (UNESP):** Bom dia. Agradeço a oportunidade da reunião mais  
468 uma vez, eu só gostaria de tecer alguns pontos rápidos. Primeiro, cumprimentando novamente  
469 todas as ações que estão sendo realizadas em relação ao Rio Grande do Sul, sua grande

470 solidariedade técnica e humana, mas também dizer que, infelizmente, estamos aprendendo pela  
471 dor, porque eu quero reforçar aqui, estou mantendo esse mesmo tema, essas atividades todas que  
472 vão ser feitas agora na Semana do Meio Ambiente, no dia do meio ambiente, acho que são bastante  
473 importantes, interessantes, tudo passa pela educação. E acho importante reforçar tudo isso porque  
474 a palavra biodiversidade é muito, sempre, muito reforçada, ela foi usada muitas vezes aqui, e nós  
475 esquecemos um outro componente fundamental, tanto quanto, que é a geodiversidade, e a gente  
476 percebe muita coisa de mau uso do solo no Rio Grande do Sul, erosões, assoreamento dos córregos  
477 e rios, e tudo isso levou, como consequência, não é nenhum castigo divino, levou como  
478 consequência o assoreamento e a chegada rápida das águas devido à pavimentação, onde não  
479 deveria existir, enfim, o avanço das cidades, da organização indevida e tudo mais. Então isso tudo  
480 é consequência de atos que foram sendo cometidos ao longo de tempos, e a gente aprende pela  
481 dor. Então acho muito importante isso que está sendo feito aqui no governo do estado de São  
482 Paulo,  
483 essa agenda ambiental do estado, que seja levado a sério, que sejam medidas de prevenção, de  
484 planejamento, para que a gente aprenda a lidar com tudo isso, tendo como pano de fundo essa  
485 situação trágica que vivem os gaúchos. E se a gente não fizer nada e continuar aprovando projetos  
486 de lei como existe alguns na Câmara Federal, que são projetos que vão contra o meio ambiente,  
487 que mexem com organismos que tratam com meio ambiente e tudo mais. Então, acho que essa  
488 pauta ambiental, do jeito que ela está sendo tratada agora aqui, com essa Comissão de Mudanças  
489 Climáticas, como essa que vai ser votada hoje, e com a sensibilidade desse conselho, nós podemos  
490 também sermos instrumento de educar, educar a assembleia, educar as pessoas que votam, que  
491 decidem, que o meio ambiente não é brincadeira, nós estamos chegando num ponto sem retorno.  
492 Essa dor que estamos vivendo, e muito grande, como até disse o coronel, que o que a gente vê nos  
493 noticiários está muito distante do que de fato está acontecendo lá. Então acho que essa agenda  
494 ambiental é fundamental, e a semana, agora, do meio ambiente, deve ser usada como, de fato,  
495 mostrar esses alarmes que o planeta tem dado, e que a gente, de vez em quando, faz de conta que  
496 não houve. Eu quero reforçar que essa questão da geodiversidade, ela precisa ser tratada tanto  
497 quanto a biodiversidade. Nós encaminhamos uma proposta de Projeto de Lei, vou dizer aqui  
498 novamente, me parece agora que a Casa Civil já encaminhou para o IPA, o IPA está fazendo  
499 análise técnica disso e, como eu sou um dos componentes, Jonatas, de público aqui me coloco  
500 totalmente disponível para levar esclarecimentos que o IPA achar necessário, que a sua  
501 Subsecretaria achar necessário, para que a Casa Civil possa, junto ao governador, decidir o destino  
502 desse Projeto de Lei de geodiversidade tão importante quanto a biodiversidade. Eu agradeço  
503 também a questão desse portal, que a gente tem aprendido muito lá, eu visito sempre. Eu acho que  
504 essas publicações são muito interessantes, inclusive como material de apoio para as nossas escolas,  
505 nessas ações junto às escolas são fundamentais. A gente tem visto aqui no interior do estado,  
506 quando a gente leva esses ensinamentos, essas reflexões para os jovens, é muito interessante.  
507 Então, acho que as pessoas de cabelo branco, como eu, já de uma outra geração, temos um  
508 compromisso muito sério, porque nós herdamos um planeta ainda sustentável, mas estamos  
509 deixando um planeta quase insustentável para essas novas gerações. E aproveito aqui também,  
510 Rodrigo, da Fundação Florestal, para lembrá-lo da necessidade daquela criação das Comissões, ou  
511 da Comissão junto às universidades, para que a gente possa trabalhar junto desse levantamento do  
512 estado de São Paulo, a respeito de sítios e geossítios importantes para serem preservados. Muito  
513 obrigado. Boa reunião para a gente.

514

515 **00:54:54 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, professor Alexandre Perinotto. Vamos passar ao  
516 próximo inscrito, Henrique Kefalás.

517

518 **00:55:01 Henrique Kefalás:** Bom dia. Roberta, só uma correção, é Kefalás meu sobrenome, mas  
519 tudo bem. Deixa eu dizer para vocês, pessoal, eu estou aqui em Brasília até essa semana, eu queria  
520 fazer uma fala a respeito da PEC 3, de 2022, que está correndo no Senado Federal, não sei se vocês  
521 tiveram oportunidade de ver isso. Teve uma grande repercussão na mídia. A gente conseguiu uma  
522 intensa mobilização da sociedade civil, dos meios de comunicação, para conseguir apresentar o  
523 risco que essa PEC representa. Ela representa um risco de, sim, privatização de áreas de uso  
524 público e de bem de toda a sociedade brasileira, que são os terrenos de marinha, que são esses  
525 terrenos, essas faixas de 33 metros acima da linha de preamar, ou seja, da linha de até onde a maré  
526 atinge o seu maior ponto de influência. A gente sabe que a gestão, o bom ordenamento desse  
527 espaço, dos terrenos de marinha, ainda não é uma realidade no país, a gente conhece inúmeros  
528 casos de privatização do acesso à praia, de construções irregulares, de desrespeito à legislação  
529 ambiental, a respeito das APPs, nas Áreas de Preservação Permanente, mas a gente entende que a  
530 aprovação dessa PEC agravaria esse problema, tornaria essa situação, de alguma forma, até  
531 anistiado, ou reconhecida, alguns tipos de ocupação dessas consolidadas, sobretudo, em terrenos  
532 ocupados por privados. Então, foi feita uma grande mobilização, a gente conseguiu que essa  
533 discussão fosse freada no Senado, foi apresentado um novo pedido de requerimento, de mais  
534 debate, informação, a gente deve ter uma nova audiência pública para poder discutir isso, porque  
535 é um problema, sim, a gestão desses terrenos de marinha, sua redefinição, que estabelece essa linha  
536 da preamar, é uma medida de 1831, então, é uma coisa que precisa sim ser modernizada,  
537 atualizada, mas não da forma como estava sendo proposto, nem tanto como uma emenda à  
538 constituição, menos ainda nos termos que estavam tratando essa PEC. Então, eu gostaria de  
539 reforçar a importância desse tema para que nós, aqui do CONSEMA, estejamos mobilizados, e  
540 que a gente possa também colocar o estado de São Paulo numa perspectiva de construir a sua  
541 revisão, que isso, só pra gente lembrar, a Secretaria do Patrimônio da União, SPU, tem as suas  
542 superintendências estaduais, e tem essa atribuição de fazer essa redefinição, essa remarcação de  
543 estão os terrenos de marinha hoje, em 2024, que a gente já sofreu diversas alterações na zona  
544 costeira, nas beiras de rios e represas, e que então a gente precisa rever onde que estão esses  
545 terrenos de marinha. E isso é mais fundamental ainda no contexto do estado de São Paulo, uma  
546 vez que o limite interno, o ambiente de transição das Áreas de Proteção Ambiental, marinhas do  
547 estado, do litoral sul, do litoral centro, do litoral norte, tem como a sua parte definidora dos seus  
548 limites, justamente o limite da preamar máxima, é isso que define até onde vão as APAs Marinhas  
549 em termos de entrada nas praias, nesses ambientes de transição, nos manguezais. Então, a  
550 necessidade de revisão desse terreno de marinha, atualização desses pontos, aonde que de fato se  
551 encontra a linha da preamar máxima, não é só uma questão que envolve a definição da SPU sobre  
552 aquilo que está sob sua responsabilidade, que está sobre a sua dominialidade, mas também  
553 estabelece o que é que pode efetivamente ser cedido para as prefeituras em termos de gestão, por  
554 meio dos termos de adesão para gestão de praias, bem como o estabelecimento desses limites mais  
555 claros das APAs Marinhas do estado, então reforço a necessidade de que a SEMIL consiga  
556 estabelecer um processo de, a própria Fundação Florestal, da gente fazer essa atualização, já  
557 começou no Litoral Norte por determinação do Ministério Público Federal, avançou um tanto na  
558 região, principalmente em Caraguatatuba, mas a gente precisa fazer isso de fato para todo o estado,  
559 isso precisa ter um esforço de todos os estados também, para que a gente consiga atualizar isso,  
560 que a gente precisa, na verdade, são de propostas legislativas, que veio no sentido de fortalecer a  
561 Secretaria do Patrimônio da União, às suas superintendências estaduais, a sua relação com os  
562 estados e municípios para atualização desse terrenos de marinha, e não simplesmente a extinção  
563 deles, e sair distribuindo isso, sem exatamente nem saber quem é que ocupa esses espaços, de que

564 forma, com qual finalidade se cumpre a função socioambiental desse espaço, então a gente precisa  
565 de fato, ter um olhar bem rigoroso com essa questão, e deixo essa provocação para que a gente  
566 consiga endereçar isso, tomara ainda que, nesse período, agora, de governo, está certo? Obrigado,  
567 pessoal.

568

569 **01:00:30 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Henrique Kefalás. Próximo, Roberto Resende, quer  
570 fazer alguma complementação?

571

572 **01:00:41 Roberto Resende:** Uma pequena parte só, o Henrique, uma parte não, um complemento,  
573 só gostaria de lembrar que nessa questão a gente nem sempre se lembra do Artigo 285, da  
574 Constituição Paulista, que garante o livre acesso às praias, e que o estado tem que garantir acesso,  
575 o Ministério Público deve ser acionado, então é um comando constitucional do estado que a gente  
576 tem se esquecido, que acho que dialoga bastante com o tema que o Henrique levantou, obrigado.

577

578 **01:01:09 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Roberto. Também complementando, o Rodrigo, por  
579 gentileza.

580

581 **01:01:15 Rodrigo Levkovicz:** Só para dizer que agora, em julho, a gente começa, Henrique, um  
582 trabalho de monitoramento de manguezais, e a gente vai aproveitar o esforço de campo já para  
583 fazer a demarcação das APAs Marinhas, e aqui, saindo um pouco da atuação institucional, mas  
584 também queria manifestar o meu repúdio total a essa ideia de não franquear acesso às praias, acho  
585 que a coisa mais ridícula que pode acontecer é a privatização de um espaço público desse. A gente  
586 tem alguns exemplos péssimos no litoral de São Paulo que o acesso é restrito, no Rio de Janeiro,  
587 então assim, eu acho que, se tem um ambiente que tem que ser de todos, assim como outros, mas  
588 assim, vejo isso como um retrocesso gigante, e também fazer um apelo para que a gente discuta a  
589 restauração dos manguezais, porque hoje os manguezais são áreas de marinha, e, a verdade, é que  
590 quando a gente pode se utilizar de instrumentos, como é a geração de crédito de carbono para  
591 projetos de manguezais, para restauração, a gente tem uma necessidade de ter uma conversa com  
592 a SPU, e às vezes, como um órgão do estado, também não tem muitos servidores, e às vezes essa  
593 análise demora. Então acho que a gente tem que colocar na pauta como que a gente pode atuar de  
594 forma mais livre para restaurar os manguezais, investindo dinheiro público, chamando a iniciativa  
595 privada, adotando modelos econômicos mais eficientes, para que essa pauta não fique travada,  
596 porque na verdade, a gente não consegue fazer muita coisa quando se trata de manguezais como  
597 estado, e pior ainda, como município, se isso já não tem um termo de cessão. Então, Henrique,  
598 acho que é uma discussão importante de se fazer, aproveita que você está em Brasília, porque  
599 também, quando a gente não tem uma atuação eficiente do estado, e aí, não importa o governo,  
600 porque é uma coisa histórica, a gente vê esses jabutis esdrúxulos, com uma tentativa de fomentar  
601 atividade econômica, que é necessária, e ela pode ser usada a favor da restauração. Era isso.

602

603 **01:03:40 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Rodrigo. Próximo inscrito, Ricardo Crepaldi.

604

605 **01:03:43 Henrique Kefalás:** Roberta, desculpa. Eu só queria deixar um ponto para ajudar assim,  
606 no compartilhamento da boa informação. Terrenos de marinha, gente, não tem nada a ver com a  
607 marinha do Brasil, é sempre importante a gente falar isso, que tem uma confusão danada, o pessoal  
608 achar que a marinha do Brasil, então, só queria deixar essa mensagem, terrenos de marinha são  
609 áreas da União, então é importante a gente estar com isso bem claro, para não misturar a marinha

610 do Brasil, até emiti uma nota dizendo, nós não temos nada a ver com essa conversa, então só para  
611 deixar isso destacado. Desculpa a intromissão.

612

613 **01:04:17 Glória Roberta Paffi:** Está bem, obrigada. Obrigada, Henrique. Dito isso, próximo  
614 inscrito, Ricardo Crepaldi, por favor.

615

616 **01:04:25 Ricardo Crepaldi (ABES):** Olá, bom dia a todos os colegas online, os colegas que estão  
617 na sala. Tenho alguns recadinhos aqui, alguns pontos de reflexão e agradecimentos. No início do  
618 mês nós fizemos um evento com o filme do chumbo, do caso de Bauru, e depois uma reflexão.  
619 Queria agradecer ao secretário Trindade por ter estado na sede da ABES, e agradecer a Cetesb  
620 pelo envio do maior especialista que ela atende desta poluição atmosférica de metais, que é o José  
621 Mário, da agência da Cetesb de São José do Rio Preto, que inclusive trouxe um ponto agravante,  
622 que está acontecendo, que são as chumbadas sendo feitas por fábricas clandestinas dentro de  
623 residências, o qual, inclusive, há cerca de 10 dias, houve um fechamento lá na região de São José  
624 do Rio Preto, com a ajuda de, inclusive, foi colocado por ele, a ajuda da Polícia Militar Ambiental,  
625 que o seu trabalho é muito importante. Então era um ponto que estava fora da curva, ninguém  
626 imaginava isso, mas a geração dos gases dentro de cozinhas, e tendo crianças, tem um efeito  
627 extremamente negativo, e uma possibilidade de uma questão de saúde pública extremamente  
628 grave, o qual foi demonstrado, inclusive, no ponto do chumbo de Bauru, e a questão também da  
629 área contaminada sendo vendida, no caso de Bauru, sendo vendida sem a remediação ainda.  
630 Aproveitar para falar, e pedir até para todos os colegas, dia 17 de maio foi o Dia Mundial da  
631 Reciclagem, acho que alguns colegas, inclusive o próprio Andrés, sempre toca nesse assunto. O  
632 Dia Mundial da Reciclagem é muito importante, não só para a gente colocar a necessidade das  
633 nossas políticas, políticas de logística reversa e outras políticas e acordos setoriais, mas também  
634 há o fomento às cooperativas de reciclagem do nosso estado e no nosso país, é claro. Então, poucos  
635 eventos foram ocorridos no dia, eu observei, a gente observou através do estado, das nossas  
636 regionais que nós temos da ABES, tudo, e eu queria que nesses dias específicos, talvez se pensasse  
637 como estado, talvez, Secretária Marina, como também, nós, como entes que participamos do  
638 CONSEMA, também termos atividades em dias específicos que são importantes para a  
639 conscientização e para a educação ambiental da população, tá? Outro ponto, no dia 15 nós fizemos  
640 um evento em Franca, sobre águas subterrâneas e mudanças climáticas, os quais muitas cidades  
641 da região mostraram toda a preocupação sobre muitas questões, teve um pessoal da USP, o pessoal  
642 que trabalha junto com o Doutor Ricardo Hirata, da discussão sobre o rebaixamento dos aquíferos  
643 que está ocorrendo. Então, prefeituras grandes, como a de Ribeirão Preto, que usa 100% da água  
644 por poços, e outras prefeituras, que também utilizam boa parte disso, no nosso interior do estado,  
645 estão começando a sofrer com isso. Então, esse é um ponto, nós fizemos um evento dentro dessa  
646 estação da Sabesp, acredito que a secretária e o secretário Trindade também conhecem lá, onde é  
647 a única usina de geração de biometano, inclusive, a secretária comentou sobre isso, sobre a geração  
648 de biometano, a gente fez uma visita com o pessoal que participou, e coloco, aproveito esse  
649 momento para colocar uma dúvida: a usina não está usando todo o biometano gerado e está tendo  
650 que queimar esse biometano. Os veículos que estão sendo utilizados não utilizam todo o  
651 biometano. A gente precisa ter algumas políticas que possibilitem que o biometano seja também  
652 liberado, principalmente, vamos supor para a prefeitura do local onde a gente tem essa geração.  
653 Toda a estação de tratamento é um grande gerador de biometano, se o sistema anaeróbico, então a  
654 gente tem uma potencial para a redução, inclusive, de gastos municipais, ou mesmo do estado,  
655 outros carros do estado, para que se use, e não se perca tanto quanto está se perdendo na usina  
656 singular que nós temos lá na Sabesp de Franca. E um último ponto é a respeito do início da crise

657 hídrica em diversos municípios do interior do estado. Eu uso o caso de Bauru, e até decretou estado  
658 de calamidade hídrica, e, na semana passada e retrasada começou a fazer todo um racionamento  
659 de água no município e, claro, tem “N” problemas com isso, mas um dos problemas, o professor  
660 Alexandre até comentou, que é o assoreamento dos nossos mananciais, que aí eu coloco o que o  
661 estado precisa se aproximar, pelo DAEE, a se aproximar mais dos municípios para que a gente  
662 comece a preservar um pouco melhor os mananciais ou os afluentes que geram os mananciais e as  
663 áreas de captação superficial. Então isso é um problema, não é só de Bauru, eu conheço vários  
664 outros municípios que devem começar a ter racionamento de água, e nós estamos no início da  
665 época da seca. Então, e se a gente colocar isso, que até outubro nós vamos ter graves problemas,  
666 claro que a parte da grande São Paulo, isso está inicialmente descartado, que a gente teve em 2014,  
667 2015, porém, no interior do estado, não. Então isso é muito importante dentro de um fórum  
668 estadual, a gente ter uma relevância da discussão e do apoio do estado para que nós não cheguemos  
669 num momento extremamente negativo para a população. Era isso que eu gostaria de falar, muito  
670 obrigado.

671

672 **01:10:37 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Ricardo Crepaldi. Passando agora para a  
673 próxima inscrito, eu peço, por uma questão de tempo regulamentar, uma objetividade dos assuntos  
674 trazidos, para que a gente possa dar tempo para que todos concluem. Passo ao inscrito senhor  
675 Andrés Vernet. No entanto, ele cedeu o tempo dele para a senhora Syllis. Senhora Syllis, por  
676 gentileza.

677

678 **01:11:02 Syllis Bezerra (ECOPHALT):** Olá, bom dia. Estou muito emocionada aqui em revê-  
679 los, alguns aqui. Eu sou o presidente da ONG ECOPHALT, fui conselheira estadual do meio  
680 ambiente em 2016 e até o ano passado, hoje a nossa entidade está sendo representado pelo senhor  
681 Andrés Vernet, fazendo um brilhante trabalho sobre a questão da logística reversa. E gostaria de  
682 falar para os senhores que, com muita alegria queremos dar uma notícia para vocês, mas antes  
683 gostaria que visitassem o nosso site, da ECOPHALT, [www.projetoecophalt.org](http://www.projetoecophalt.org), porque lá trata  
684 muitos assuntos referente a resíduos sólidos, educação ambiental e outros assuntos pertinentes ao  
685 que a gente vem debatendo ao longo dos 11 anos. Nesse momento, eu estou aqui em São Lourenço,  
686 na filial da ECOPHALT, Minas Gerais, e recentemente abrimos uma outra filial da ECOPHALT  
687 na Paraíba, então, nós estamos ampliando o nosso trabalho. E quero trazer para vocês, como é a  
688 semana do meio ambiente, comemoração do meio ambiente, dizer que São Paulo em 2021, aderiu  
689 ao convênio 31 de 2006, convênio ICMS 31 de 2006, com um marco na histórica. O que significa  
690 isso? O custo do asfalto ecológico de pneus equivale ao mesmo preço do asfalto convencional. Por  
691 isso eu vou contextualizar para vocês rapidamente como isso aconteceu. Em 2016, a ECOPHALT  
692 emitiu um ofício ao CONSEMA solicitando que o estado de São Paulo aderisse ao convênio ICMS  
693 31 de 2006, que concedia isenção de impostos sobre o asfalto ecológico proveniente dos pneus  
694 inservíveis. O CONSEMA, em 2017, aprovou a moção 2 de 2017, apoio ao nosso pedido,  
695 publicando em 20 de julho no Diário Oficial, e encaminhou a Secretaria da Fazenda, gerando um  
696 processo administrativo. No entanto, tem um trecho aqui da moção número 2 do CONSEMA de  
697 2017: Artigo 1º. Fica aprovada essa moção em apoio à proposta para que o estado de São Paulo  
698 procure obter, perante ao Confaz, que é o Conselho Nacional de Política Fazendária, autorização  
699 equivalente à já concedida a outros estados, nos termos do convênio 31/06, com vigência  
700 prorrogada até 30/09/2019, pelo convênio ICMS 4917, conforme aumentado pela conselheira, se  
701 Syllis Flávia Paes Bezerra, indicada pela ONG ambientalista ECOPHALT, nos termos do ofício  
702 ECOPHALT 06, de 2017. Graças ao apoio do CONSEMA nós conseguimos levar essa questão  
703 para a Secretaria da Fazenda, onde gerou um — (01:13:52 ininteligível), tivemos uma reunião e

704 pudemos apresentar a importância da aplicação do asfalto ecológico de pneus nas vias públicas da  
705 cidade, tendo em vista que já existia uma lei prevendo isso, uma lei estadual, e nisso foi acolhido  
706 pela Secretaria da Fazenda, e ficamos sabendo que houve essa sensibilização por parte do estado  
707 e, finalmente, descobri esses dias, que São Paulo aderiu ao convênio ICMS, ou seja, ela agora, ela  
708 realmente dá isenção da prática do uso do asfalto ecológico, ou seja, equivaleu, o asfalto ecológico  
709 que todo mundo reclamava que era 30% mais caro, agora praticamente está o mesmo preço, o  
710 asfalto ecológico de pneus, então isso é muito importante, porque o asfalto ecológico de pneus, ele  
711 tira os pneus das ruas. A cada 1 km de asfalto ecológico, se retira 1000 pneus inservíveis para o  
712 meio ambiente, então é por isso que eu vim trazer essa notícia para vocês. É um asfalto  
713 impermeável, e graças ao esforço da nossa entidade, graças ao apoio do governo do estado de São  
714 Paulo, ao apoio, principalmente do CONSEMA, com a moção número 2, hoje, o estado de São  
715 Paulo tem essa grande benfeitoria. Não é fácil aderir ao Confaz, mas São Paulo aderiu. Um grande  
716 orgulho, e falo para vocês essa notícia, porque é semana do meio ambiente, e foi uma notícia,  
717 percebi recente, foi um susto, que nem eu sabia, fiquei sabendo agora e eu vim compartilhar com  
718 vocês o benefício. Trani está aí, o Trani sabe da nossa luta. O Trani estava, inclusive, no dia quando  
719 foi aprovada, não é, Trani? A moção de apoio, então, é gratificante a gente trazer esse pedido, o  
720 CONSEMA acolheu, foi praticamente por unanimidade, a Secretaria da Fazenda aderiu, então é  
721 uma Vitória, uma conquista. Então é isso, gente. Então desejo a todos uma ótima semana, e faço  
722 coro em prol do nosso amigo Alexandre, da Unesp, que temos que ter mais sensibilidade na  
723 questão do uso do subsolo, enfim, das questões das práticas ambientais, fazer a reciclagem,  
724 educação ambiental sobre resíduos. O meio ambiente está gritando, nós temos que tomar muito  
725 cuidado com o que a gente está fazendo hoje. Então nós temos que reciclar, nós temos que motivar  
726 as pessoas a deixar um meio ambiente melhor do que nós encontramos. Então, gratidão a todos, e  
727 é isso. Obrigada.

728

729 **01:16:23 Glória Roberta Paffi:** Muito obrigada, convidada, Syllis. Vamos passar o próximo  
730 inscrito, senhor Eduardo Trani.

731

732 **01:16:33 Eduardo Trani (SDUH-SP):** Bom dia. Queria saudar em nome da nossa querida  
733 Secretária Natália, subsecretário Jonatas, todos os demais conselheiros. É um prazer enorme,  
734 sempre está aqui ao CONSEMA, e muito rapidamente, secretária, queria dizer do empenho que a  
735 nossa Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, secretário Marcelo, secretário José  
736 Police Neto, e nós, nessa grande empreitada comum com o meio ambiente, e por cidades mais  
737 sustentáveis.

738 E só queria aqui hoje comunicar a todos os colegas, para que nós nos envolvamos de forma  
739 bastante forte, à medida que formos convocados, à Jornada da Conferência Estadual das Cidades.  
740 O governo federal convocou a Conferência Nacional das Cidades, o estado de São Paulo aderiu, a  
741 nossa conferência ocorrerá nos dias 5 e 6 de julho, no memorial da América Latina. Já são mais  
742 de 80 municípios neste mês de junho, com datas marcadas para suas conferências municipais, e  
743 nestas conferências, os temas debatidos de desenvolvimento urbano compõem, obviamente, três  
744 grandes setores. O primeiro que a gente chama urbanismo, regularização fundiária e habitação, o  
745 segundo meio ambiente e infraestrutura, que é sempre, talvez, um dos temas mais candentes para  
746 os municípios, na pauta do desenvolvimento urbano. E o terceiro grande tema, mobilidade e  
747 transportes sustentáveis nas cidades, com cidades inteligentes e demais componentes. De modo  
748 que existe uma cartilha, eu vou colocar aqui no chat para quem quiser acessar o nosso site, e eu  
749 queria agradecer, secretária, ao empenho enorme da SEMIL, Jonatas colocou a CPLA, inclusive,  
750 vocês participam do nosso comitê preparatório. Nós teremos uma massa de dados importantes,

751 porque ouviremos esses municípios no mês de junho, e em julho, faremos a nossa carta do  
752 desenvolvimento urbano para ser levado para a política federal, que é a política nacional de  
753 desenvolvimento urbano. Era para dar essa informação de forma rápida. Queria parabenizar a  
754 Syllis, obviamente, por essa iniciativa. O nosso programa de projetos de desenvolvimento  
755 sustentável coloca justamente a substituição do asfalto tradicional betuminoso por asfalto  
756 ecológico, nas suas diferentes formas, obviamente. E uma série de iniciativas com soluções  
757 baseadas na natureza. Agradeço, portanto, e dizer que a nossa parceria é muito forte com a SEMIL,  
758 por conta do Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano, várias reuniões organizadas nesses  
759 últimos meses. Teremos oportunidade, no futuro, de vir a apresentar no CONSEMA o andamento  
760 desse plano. Muito obrigado. E um bom trabalho a todos.

761

762 **01:19:23 Glória Roberta Paffi:** Muito obrigada, conselheiro Eduardo Trani. Vamos passar a  
763 próxima inscrita, doutora Rosa Ramos, da OAB.

764

765 **01:19:33 Rosa Ramos OAB:** Olá, muito bom dia. Quero cumprimentar a todos, na pessoa da  
766 secretária Natália também. Desejar um bom dia a todos, bom trabalho a todos nós, mas quero  
767 começar pelo final também, parabenizando a Syllis por essa conquista. Eu me lembro desses  
768 debates no âmbito do CONSEMA. Quer dizer, é um grande trabalho que culminou com essa  
769 vitória, que é de todos nós. Então, parabéns, parabéns a todos, parabéns ao CONSEMA por  
770 também se envolver de forma séria e competente para levar essa matéria adiante. Mas, antes de  
771 passar a minha fala, eu quero só me referir ao voto anterior, apoiando a continuidade da  
772 apresentação do plano e, principalmente, em respeito ao posicionamento do Henrique, entendendo  
773 que, talvez, nós tivéssemos conhecimento, mesmo que não fosse para deliberação do projeto, seria  
774 muito importante, até para que fôssemos amadurecendo o encaminhamento posterior, sem  
775 prejuízo, obviamente, de todas as entidades, a comunidade que viesse participar da próxima  
776 apresentação. Feito isso, eu quero também parabenizar as ações da SEMIL, aliás, de todo o  
777 governo do estado, em relação ao apoio, ao nosso Rio Grande do Sul, que passa por essa catástrofe  
778 ambiental, apoiando as falas dos conselheiros que disseram que isso, infelizmente, nos serve como  
779 um case do mal, um case que ameaça a todos nós e que nós devemos nos debruçar para que,  
780 preventivamente, de forma nenhuma, isso volte a acontecer em qualquer lugar do nosso país. Eu  
781 acho que o Brasil peca um pouco na prevenção, então acho que isso servirá como um pilar para as  
782 próximas ações em todas as esferas, não falo só do governo, mas também de toda a sociedade civil,  
783 entidades representativas que possam intervir nisso e fazer com que nunca mais isso volte a assolar,  
784 principalmente vidas, como assolou lá no Rio Grande do Sul. Então parabenizo todas as ações,  
785 principalmente da Polícia Militar Ambiental, na pessoa do coronel, que se manifestou.  
786 Acompanhei todo o trabalho realizado por todas as equipes. Bom, nós temos também uma  
787 programação intensa do próximo mês, o mês do meio ambiente, inclusive faremos um café da  
788 manhã no dia 17 de junho, todos receberão um convite. Estamos fazendo este evento em parceria  
789 com a C Clima lá, através do secretário do clima de São Paulo, o doutor Renato Nalini. Não  
790 estamos chamando de comemoração, na verdade, chamando de reflexões acerca dos últimos  
791 acontecimentos climáticos. Eu acho que isso vale pra todo mundo, eu acho que o mês do mês do  
792 meio ambiente nunca mais será o mesmo, temos grandes reflexões a serem feitas a partir de então.  
793 Vou mandar uma programação, como são, pelo menos até o momento, cinco eventos, e para não  
794 perder o tempo aqui, gastar o meu tempo do tempo que eu tenho, eu mando depois para que seja  
795 encaminhado para todos. E quero me referir também, muito bem lembrado pelo Henrique, acerca  
796 da PEC 3, de 2022, e aí, secretária, partindo principalmente do princípio da boa informação, eu  
797 acho que todos aqui do conselho somos transmissores de boas informações referentes ao meio

798 ambiente, eu acho que valeria muito a pena, e faço isso como encaminhamento, para que a gente  
799 traga esse assunto para a pauta específica, eu acho que a Secretaria tem muito para apresentar a  
800 esse respeito, afinal de contas os terrenos de marinha e da marinha, direta ou indiretamente, tem  
801 influência da legislação ambiental do estado de São Paulo, portanto, influencia a governança  
802 também do estado, então seria muito importante trazer, até para o próprio esclarecimento, a gente  
803 percebe, assim que foi para pauta no Senado, uma intensa manifestação, dos mais variados setores,  
804 e muitas das vezes com informações contrárias, e falta de informação na notícia, então, seria muito  
805 importante que a gente trouxesse isso, e vejo que é algo urgente, uma vez que, embora tenha sido  
806 tirado da pauta, pode voltar rapidamente, até por conta do levantamento de um assunto tão  
807 importante como esse, vejo que de fato, os terrenos de marinha tem uma importância vital, e nós  
808 não podemos deixar passar isso sem trazer aqui para o pleno do CONSEMA. E por fim, não  
809 diretamente relacionado às questões ambientais, diretamente do nosso CONSEMA, mas eu acho  
810 que é uma vitória de todos nós, ontem a OAB, através de uma representação nossa, no CNJ, nós  
811 tivemos uma vitória muito importante, que eu acho que tem a ver com todos nós, pessoas físicas e  
812 jurídicas. Não sei se todos acompanharam, eu acho que eu me manifestei acerca disso, não sei em  
813 qual das seções, relacionadas as taxas das ações judiciais, que nós tínhamos que pagar ela no dia,  
814 Tribunal de Justiça, depois de um determinado tempo, começou a querer o pagamento da guia.  
815 Você emite a guia, ela sai com de zero, ou seja, você paga a guia no mesmo dia da emissão. Um  
816 absurdo total, porque até para pagamento de dívida nós temos prazo, e o Tribunal de Justiça vinha  
817 cobrando o pagamento dessas taxas judiciais para o ajuizamento das ações no mesmo dia da sua  
818 emissão. E ontem a OAB São Paulo conseguiu essa vitória, CNJ, obrigando para que o TJ de São  
819 Paulo volte essa decisão, e para que, então, dê prazo para que o pagamento seja feito, no mínimo,  
820 no dia seguinte, porque ninguém pode desembolsar os valores no mesmo dia, sendo que todos os  
821 outros prazos judiciais têm prazo, não é?  
822 É redundante, mas era exatamente isso que acontecia. Então era isso, secretária. Obrigada e bom  
823 dia a todos.

824

825 **01:26:54 Glória Roberta Paffi:** Muito obrigado, doutora Rosa Ramos, pelos esclarecimentos.  
826 Vamos passar agora para o próximo inscrito, José Fabio do Rêgo.

827

828 **01:27:04 Jose Fabio do Rego Torquato:** Bom dia, pessoal, tudo bem com vocês? Bom dia,  
829 Secretária Natália. Queria só dar uma, na linha do que a conselheira Rosa falou anteriormente,  
830 boas informações para o meio ambiente e para o turismo. Eu queria dar uma boa informação de  
831 um evento que nós participamos agora no mês de maio, a Secretaria de Turismo, nós participamos  
832 da 10ª edição da Avistar, que é um encontro brasileiro de observação de aves, que acontece todo  
833 ano na USP, já está na 17ª edição. A gente vê que vem crescendo a cada ano e nesse ano, na sexta,  
834 sábado e domingo, de 17 a 19 de maio, passaram 12 mil visitantes por lá, e é um segmento muito  
835 importante aqui para a gente, **visitados (ininteligível 01:27:47)** e monitorados de agência de  
836 operadoras, dizem que São Paulo recebe cerca de 15 mil visitantes de outros estados, e parte  
837 estrangeiros para a observação de aves. Nós tivemos com um estande lá, que estavam 11 das nossas  
838 47 regiões turísticas, trouxeram seus roteiros, suas agências de receptivo que recebem turistas de  
839 observação de aves, de aves e de vida silvestre. A feira era específica para aves, mas a gente sabe  
840 que muitas vezes o tempo não colabora, espécie do ano, ou a estação do ano, então os visitantes  
841 acabam observando outras aves. E a gente, para essa questão da observação de aves, a gente tem  
842 procurado unir com outras atividades que são aliadas na conservação do meio ambiente, porque é  
843 esse turismo que nós procuramos aqui, como ecoturismo, turismo de aventura, cicloturismo,  
844 atividades de mergulho, que também nós estamos dando um pontapé inicial, um pontapé para

845 fortalecer, e foi muito importante essa nossa participação, inclusive, um dado importante aqui, no  
846 dia 11 anterior, 11 de maio anterior a feira, houve um evento chamado Global Big Day, que é um  
847 evento de observação de aves em que, durante 24 horas, os participantes monitoram quantas  
848 espécies de aves eles se encontram. E aqui no Brasil, São Paulo tirou em primeiro lugar nesse  
849 evento, com 525 aves catalogadas nesse dia, seguido por Mato Grosso do Sul e por Santa Catarina.  
850 Então, entre outras ações que a gente promove aqui de turismo, de natureza, só passar para vocês  
851 o panorama que a gente tem observado desse segmento que está cada vez mais crescente, que tem  
852 tudo a ver com o que a gente quer, que é preservação e desenvolvimento sustentável. Bom dia,  
853 obrigado.

854

855 **01:29:57 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhor Fábio. Vamos passar para a próxima inscrita,  
856 senhora Cristina Murgel.

857

858 **01:30:02 Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel:** Bom dia a todos. Minha fala é muito rápida,  
859 no sentido de anunciar que na Semana do Meio Ambiente nós estaremos entregando à sociedade  
860 os primeiros indicadores da regularização ambiental no Estado de São Paulo, dos imóveis rurais.  
861 Nós vamos lançar um painel público com esses primeiros indicadores. Nós não temos a data ainda,  
862 estamos trabalhando para que seja no dia 5 de junho, Dia do Meio Ambiente, isso é um  
863 compromisso e uma demanda já antiga para nós. Nós levamos algum tempo para amadurecer esses  
864 indicadores e trazer uma informação que seja útil à sociedade. Isso vai ser possível acompanhar  
865 tanto pelas principais regionais, a CAT, como por cada município. Todos os cadastros validados,  
866 o que já foi verificado por produtor, o que está em análise e esperamos que a sociedade nos dê um  
867 feedback para que a gente melhore cada vez mais esse painel. Então é esse anúncio, e de até  
868 também aproveitar e cumprimentar a Polícia Militar do Estado de São Paulo pela atuação no Rio  
869 Grande do Sul. Dizer que a nossa secretaria está em contato direto com os órgãos ligados à  
870 Secretaria da Agricultura no Rio Grande do Sul. Nós temos um desafio enorme na reconstrução  
871 do setor agrícola no estado do Rio Grande do Sul, e o estado de São Paulo tem, através da nossa  
872 Defesa, da nossa CAT, prestado todo o apoio técnico e com um olhar de futuro. Eu acho que  
873 alguém falou aqui que nós não seríamos os mesmos. Eu acho que nós já não somos os mesmos, e  
874 a questão da adaptação, a questão da economia ligada a esse evento é muito importante. Então  
875 dizer que a nossa secretaria está trabalhando muito próximo e aprendendo também, para que a  
876 gente possa internalizar aqui, o que precisaremos fazer, o que precisaremos estar atentos. Então,  
877 bom dia a todos. Uma boa reunião, e se eu não falar mais com as pessoas, um bom feriado.  
878 Obrigada.

879

880 **01:32:15 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Cris Murgel. Vamos passar para a próxima inscrita, e  
881 última, a doutora Claudia Habib, do Ministério Público.

882

883 **01:32:26 Claudia Habib:** Bom dia a todos e a todas. Prazer em revê-los. Eu gostaria de colocar  
884 nessa linha que todos colocaram, a doutora Cristina à pouco, essa tragédia no Rio Grande do Sul.  
885 Parabenizar a todos os envolvidos pelos esforços no trabalho hercúleo, parabenizar a Polícia  
886 Ambiental também pela operação HURACÁN, a primeira fase foi feita na semana passada, voltada  
887 a prevenção de incêndios, uma operação de extrema importância ao gerenciamento de riscos,  
888 especialmente desastres ambientais. E, nessa linha, colocar que nós estamos aqui acompanhando  
889 e monitorando essa estiagem de uma forma bem rigorosa e juntamente com o Nono Grupamento  
890 do Corpo de Bombeiros e a Polícia Ambiental, nós constatamos, em 99 municípios aqui da região  
891 de Ribeirão, um aumento de 318% dos focos de incêndios, de 1 de janeiro a 16 de maio. Uma

892 realidade que retrata o Estado, algo seríssimo, gravíssimo, por pensarmos que ainda estamos no  
893 mês de maio, não entramos na fase vermelha do período da estiagem. Nós sabemos muito bem que  
894 os meses mais críticos são os meses final de junho, julho e agosto, e nós sequer chegamos ainda  
895 nesse período. Eu tinha muito receio esse ano, lá em janeiro, que nós repetíssemos aquele cenário  
896 de destruição, de desastre dos anos de 2020 e 2021, mas nós já superamos esses anos. Anteontem  
897 tivemos uma reunião com os 29 municípios aqui da Bacia do Pardo, tivemos uma reunião também  
898 com as Defesas Civis, prefeituras, uma reunião de crise, de gerenciamento de crise para o  
899 enfrentamento dos meses que virão, e ontem tivemos uma reunião com a ARTESP e com o DER  
900 também. Em relação a Artesp tivemos boas novidades, pois há um intuito, e já existe aí um projeto  
901 piloto, de fazer a limpeza das rodovias, os aceiros das margens de rodovias, especialmente nos  
902 pontos críticos de cerca a cerca. A gente sabe da importância disso, não só para prevenir o foco de  
903 incêndio, mas também para obstar a propagação. Temos exemplos de onde essa limpeza foi feita  
904 de cerca a cerca que o fogo não se propagou sozinho, ele ali se encerrou sozinho, não houve a  
905 propagação. Como que uma medida simples, que não é custosa, evita um desastre ambiental?  
906 Destruição de Unidade de Conservação, como tivemos, todos se lembram aqui, Jataí e Santa Maria,  
907 de culturas agrícolas, aqui em Altinópolis, toda a produção de café foi destruída em função de  
908 fogo. Pessoas, incêndios com vítimas fatais, então, como, que medidas simples, baratas, evitam  
909 esse desastre e nós ainda temos que discutir essas questões. Tivemos a mesma reunião com o DER  
910 ontem, a gente percebe umas diferenças nas atuações regionais dos DERs, por exemplo, o DER  
911 oito, aqui da região de Ribeirão, tem feito a limpeza de cerca a cerca, com resultado fantástico,  
912 outras regionais não. Então o intuito é que a gente deixe isso institucionalizado, uniforme, para  
913 que o estado como um todo, todos os órgãos, tenham esse olhar. O gerenciamento de risco no  
914 período da estiagem voltado à prevenção de incêndios, que implica em ausência de desastres  
915 ambientais, ausência de destruição. Não tivemos chuvas esse ano, todos sabemos. Em maio, por  
916 exemplo, a média aqui na nossa região são 47 milímetros, choveu dois milímetros apenas, então,  
917 é uma situação de fato, de crise séria, não só em termos de prevenção de incêndios, mas também  
918 como segurança hídrica. O que o Corpo de Bombeiros sempre coloca, a Polícia Ambiental, a  
919 importância de uma roçada por parte das concessionárias, do DER agora, nesse momento, das  
920 margens de rodovias de cerca a cerca, que seja nesse começo, agora de junho, julho, e depois a  
921 manutenção. Então a gente pede o olhar de todos nessa questão, pois temos ainda três meses, a  
922 previsão de uma chuva um pouco mais volumosa no final de junho ou julho, tomara que ela venha,  
923 mas de fato, estamos em um período de crise em termos de gerenciamento de risco no estado de  
924 São Paulo, já. Provavelmente efeito do El Niño, que manteve a chuva no sul e a seca aqui em boa  
925 parte do estado. Se os senhores me permitirem, eu gostaria de fazer um compartilhamento muito  
926 rápido desses focos aqui que nós levantamos, para que os senhores tenham a dimensão da  
927 gravidade dessa situação. Estão vendo? Agora sim. Olha, aqui é um comparativo dos anos de 2018  
928 a 2024, 1 de janeiro a 16 de maio. Olhem como é assustador o aumento dos focos de incêndios. É  
929 algo assim que choca. Quando eu verifiquei essa imagem eu fiquei chocada. Eu sabia que nós  
930 estávamos num período ruim, mas não imaginava que seria nessa proporção. Aqui, na sequência,  
931 nós vemos aqui incêndios em vegetação, voltando, que isso aqui é o levantamento do Nono  
932 Grupamento, vermelho é 2024, a gente observa 2018, janeiro, fevereiro, olha como que aumentou  
933 em fevereiro, ápice das águas. A princípio seria para nós estarmos no ápice das águas. Março  
934 também, abril, maio, isso até 16 de maio, não é o final do mês. A gente vai ver que maio já superou  
935 os anos anteriores. A gente tem, na sequência aqui dados do Aqua, também confirmando esses  
936 dados, de 2020 até 2024, o percentual gigantesco desse ano, do aumento dos focos de incêndios.  
937 E aqui a gente retrata o acumulado mensal de chuva. Vermelho é 2024, então a gente percebe  
938 como que choveu pouco em 2024. Em regra, a gente tem aqui abril, maio e junho, julho, agosto,

939 um acumulado muito baixo, então a perspectiva é que nós não tenhamos grandes volumes de  
940 chuva, daí a importância de nós estarmos no monitoramento dioturno. A previsão daquela chuva  
941 que eu mencionei, esse gráfico é um pouquinho chato de entender, mas a gente percebe que é uma  
942 previsão, e tomara que se confirme, para meados de junho e julho, que dará para a gente um respiro.  
943 Mas isso mostra, vou encerrar aqui o compartilhamento, como que essas questões estão na nossa  
944 agenda, na nossa pauta, não será só esse ano, nos anos vindouros. Então, é importante que todos  
945 nós tenhamos esse olhar para o gerenciamento de riscos, e no estado de São Paulo, voltado à  
946 prevenção do fogo descontrolado, que tem causado todos esses desastres. Então, queria só trazer  
947 esses dados e pedir atenção, o trabalho intenso, coordenado do estado, de todos os órgãos da  
948 sociedade civil, para que a gente passe bem esse período em frente bem, porque nós já sabemos e  
949 já encerrando, que esse fogo descontrolado é causado pelo homem, raríssimo fogo espontâneo.  
950 Então, se nós tivermos ações de prevenção, de monitoramento, envolvendo a sociedade civil  
951 também, a gente conseguirá enfrentar bem esse período. Obrigada a todos, e aproveitando, se eu  
952 não fizer mais uso da palavra, um bom feriado.

953

954 **01:41:02 Glória Roberta Paffi:** Obrigada doutora Cláudia, vamos passar a palavra para o coronel,  
955 quer fazer uma manifestação, coronel? Rodrigo?

956

957 **01:41:14 Rodrigo Levkovicz:** A gente falou pouco, mas só para atualizar, os aceiros estão sendo  
958 executados. Doutora Cláudia, a Câmara apoiou mais uma vez a São Paulo Sem Fogo, agradecer o  
959 Jonatas. E assim, como é gratificante ver, doutora Cláudia, como a senhora vai além das atribuições  
960 normais do Ministério Público, e está com a coordenadora aqui das operações da São Paulo Sem  
961 Fogo, tecnicamente, analisando os gráficos e sempre nos apoiando, é muito bom ter o Ministério  
962 Público ao nosso lado, e agradecer a sua parceria e de outros colegas. Mas assim, quando a gente  
963 vê a apresentação de gráficos, o monitoramento que a doutora Cláudia faz diuturno junto conosco,  
964 a gente fica muito feliz. Parabéns mesmo e obrigado pelo apoio.

965

966 **01:42:11 Claudia Habib:** Rapidamente aqui, quebrando protocolos, doutor Rodrigo, eu agradeço  
967 também imensamente, parabenizo muito a Fundação Florestal, o avanço que nós tivemos foi  
968 imenso, inclusive nesse momento estamos com o fogo prescrito sendo realizado na Santa Maria,  
969 eu iria participar, não fui porque nós tínhamos a reunião hoje, mas o trabalho feito pela Fundação  
970 Florestal, fantástico, e a gente acompanha aqui presencialmente o quanto que isso evitou os  
971 desastres, os focos de incêndios. E esse é um trabalho de todos, o Ministério Público sozinho não  
972 consegue, a Fundação Florestal sozinha também, Polícia Ambiental, Corpo de Bombeiros, por isso  
973 que nós precisamos estar unidos e trabalharmos aqui de uma maneira integrada e juntos, porque  
974 esse objetivo é nosso, de todos nós. Obrigado a todos.

975

976 **01:42:59 Glória Roberta Paffi:** Obrigada novamente, doutora Cláudia. Vamos passar agora às  
977 considerações.

978

979 **01:43:05 Rafael Frigério:** Só uma consideração, aqui na linha da fala da doutora Cláudia, do  
980 Rodrigo, diretor executivo da Fundação Florestal, muito importante toda essa mobilização de todos  
981 os atores da sociedade, os atores do território, para que a gente possa, em conjunto, encontrar esses  
982 caminhos, nesse momento aqui de finalização da fase amarela da Operação São Paulo Sem Fogo,  
983 de esforços redobrados nos trabalhos preventivos, no momento da realização da Operação  
984 HURACÁN, dos esforços quanto aos aceiros, da preparação para esse momento crítico que virá  
985 em breve, o período de estiagem e a fase vermelha se iniciam agora neste dia 1 de junho de 2024,

986 e todos esses esforços são extremamente necessários. O espírito da operação é justamente que a  
987 gente possa ter os atores do território reunidos também regionalmente, então, parabenizar a doutora  
988 Cláudia e todos os atores que regionalmente vem trabalhando para que a gente possa ter os  
989 melhores esforços e os resultados que esperamos ao final da estiagem. O monitoramento da  
990 Operação São Paulo Sem Fogo, já no mês de abril, identificava um aumento de 50% dos focos de  
991 calor detectados pelo satélite de referência do INPE, o satélite Aqua MT, então é importantíssimo  
992 que esteja atento e monitorando as ocorrências, minimizando já com preparação e combate nesses  
993 focos a extensão dos danos, porque o fator climático, sem dúvida, é preponderante nesse sentido e  
994 ano a ano a operação vem trabalhando para que esteja cada vez mais bem preparado nesse sentido.

995

996 **01:44:35 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Rafael. Vamos passar agora às considerações, senhor  
997 Jonatas.

998

999 **01:44:39 Jonatas Trindade:** Então, já complementando a fala da doutora Cláudia, acabei de  
1000 encaminhar uma mensagem para o DER para ver como é que está essa questão dessa limpeza cerca  
1001 a cerca em relação às outras regionais. Realmente eu tinha relatado, acho que no início do ano, um  
1002 cenário adverso de falta de chuvas, ou chuvas abaixo, em decorrência do El Niño, e a necessidade  
1003 de uma atenção grande. Tem todo mundo trabalhado com esse propósito, realmente de diminuir  
1004 esses incêndios florestais. A Fundação submeteu recentemente, acho que há um mês atrás, um  
1005 pouco menos do que isso, um plano de trabalho para poder reforçar as ações de combate, de  
1006 preparação, no caso de gerenciamento desse risco de prevenção a questão dos incêndios florestais,  
1007 e foi aprovado pela Câmara de Compensação, e vai ser apresentado aqui na reunião de hoje. E o  
1008 reforço dessas ações de forma conjunta com todos, e nesse cenário, agradecer a participação do  
1009 Ministério Público nessa parceria, nesse monitoramento e acompanhamento de toda a situação, e  
1010 na atuação também específica na região da senhora, com essa atuação a frente, realmente buscando  
1011 todos os atores para que a gente tenha realmente a minimização desse cenário negativo que se  
1012 apresenta decorrente dessas mudanças. E também para falar que a secretária Natália teve que sair  
1013 da reunião, que ela tem uma viagem, uma reunião a trabalho em Brasília, e precisou sair no início  
1014 da reunião. Doutora Cláudia, por favor, a senhora levantou a mão?

1015

1016 **01:46:21 Claudia Habib:** Desculpe novamente, muito breve, Só para fazer uma consideração, eu  
1017 sou responsável também por um procedimento, um inquérito civil na Promotoria do Meio  
1018 Ambiente da capital, que trata da prevenção de incêndios a nível de estado. Então, essas reuniões  
1019 que nós fizemos, tanto com a ARTESP como com o DER, e a nível de estado também, e a  
1020 informação que nós tivemos, até o Jonatas, do DER, é que há a perspectiva de abertura de um  
1021 procedimento licitatório, para que no ano que vem os aceiros, as roçadas, sejam feitas de cerca a  
1022 cerca. No momento, essa análise desse processo está na Diretoria de Finanças e no setor de  
1023 planejamento, e o intuito nosso é marcar uma reunião juntamente com o doutor Codelo para a  
1024 próxima semana, e com essas assessorias de finanças e de planejamento, para mostrar essa questão,  
1025 a importância disso, aqui o DER oito, nós percebemos o quanto que isso foi fundamental para a  
1026 redução dos focos de incêndios. Então eu conto muito com o senhor porque está em aberto essa  
1027 discussão por parte do DER, para que isso tenha início a partir do ano que vem. Isso será  
1028 fundamental para a gente ter essa redução. E nesse momento, a Artesp está apresentando ao coronel  
1029 Daleck um projeto piloto envolvendo várias regiões do estado, de limpeza e roçada de cerca a  
1030 cerca, que também eu tenho certeza que será fantástico. E finalizando, nós tivemos um aumento  
1031 nos focos, esses focos não foram transformados em incêndios em função da umidade do ar, eu  
1032 acredito que ainda está razoável, adequada e também em razão da pronta resposta. Fruto de um

1033 trabalho nosso, o estado conseguiu se organizar, fazer a detecção precoce, ter a pronta resposta e  
1034 impedir que aquele foco se transforme num incêndio e, conseqüentemente, num desastre  
1035 ambiental. Era isso, gente, já encerrei, muito obrigada. Mas eu conto com o senhor porque estamos  
1036 no time certo nesse procedimento do DER. Muito obrigada.

1037

1038 **01:48:43 Jonatas Trindade:** Maravilha. Nós estamos à disposição, doutora Cláudia, para  
1039 contribuir com esse processo. O técnico do DER, o Anderson apareceu aqui na imagem, ele está  
1040 acompanhando a reunião e sabe dessa importância, pode até falar rapidamente desse processo  
1041 dentro do DER, o Codelo tem se colocado realmente como parceiro em todas as questões  
1042 ambientais, não é de hoje, desde o ano passado, quando ele assumiu o DER, ele disse que o que  
1043 precisar ser feito, palavras dele, e eu estou repetindo palavras dele, nós vamos fazer o compromisso  
1044 do DER com essa questão ambiental, e sabemos da problemática dos incêndios florestais, dos  
1045 incêndios que ocorrem às margens das rodovias que tem impactado áreas verdes. Anderson, você  
1046 quer falar rapidamente?

1047

1048 **01:49:46 Anderson Barboza Esteves:** Bom, obrigado, subsecretário. Bom, sou o Anderson,  
1049 diretor de Planejamento aqui do DER, também sou suplente no CONSEMA pela Infraestrutura.  
1050 Bom, a gente hoje, aqui no DER, doutora Cláudia, a gente está estudando um novo programa de  
1051 concerto de rotina (01:50:01), com foco em remoção de massa verde, então assim, para evitar  
1052 incêndios lindeiros na rodovia, então o DER está à disposição, se a senhora com a sua equipe  
1053 quiser conhecer, o pessoal do GAEMA quiser conhecer esse projeto que a gente tem, e a gente  
1054 está focando muito no histórico, então a gente vai ter um foco maior nas regiões onde têm mais  
1055 incidência de incêndio. Então assim, é bem bacana, roçada de cerca a cerca, como Artesp também  
1056 está propondo, eu acho que vai ser um ganho muito grande para o estado de São Paulo e que a  
1057 gente evitaria as queimadas na beira da rodovia. Então estou à disposição.

1058

1059 **01:50:35 Claudia Habib:** Obrigada doutor Anderson. Se for possível, então, a gente se reunir  
1060 semana que vem, porque nós temos dados, inclusive, da operação HURACÁN, da região de  
1061 Mococa, Rio Pardo, que há essa necessidade. Já conversei com o DER 13, e eles disseram que não  
1062 seria possível em função dos quantitativos, então, se nós pudéssemos agendar semana que vem,  
1063 eu agradeço imensamente. E nós estamos aqui inteiramente à disposição, viu? A gente sabe que  
1064 esse é um trabalho complexo, o olhar nosso mudou sobre essa temática, e de quebra cabeça,  
1065 estamos quebrando a cabeça juntos, então nós estamos aqui inteiramente à disposição. Muito  
1066 obrigada.

1067

1068 **01:51:12 Anderson Barboza Esteves:** Tá bom. Tranquilo. Doutora, eu estou deixando disponível  
1069 meu e-mail, aí sua equipe pode entrar em contato e a gente marca uma reunião para semana que  
1070 vem, sem problema nenhum, estou à disposição.

1071

1072 **01:51:23 Jonatas Trindade:** Obrigado, doutora Cláudia e Anderson. Então, seguindo, vou seguir  
1073 rapidamente para a gente dar andamento à pauta do dia, para falar realmente, e reconhecer o  
1074 esforço da Polícia Militar e da Polícia Militar Ambiental nesse trabalho lá no Rio Grande do Sul.  
1075 Realmente, no cenário crítico e conversando com o Coronel Navarro, é um cenário até imprevisível  
1076 de chegada, e o pessoal se preparou para uma ação de guerra no sentido de realmente estar  
1077 preparado, de levar o material próprio para não depender de material local, com estrutura própria,  
1078 para poder fazer o pronto atendimento. Então, parabéns à Polícia Militar do Estado de São Paulo  
1079 pelo excelente papel que tem desempenhado, assim como a Secretaria de Agricultura e demais

1080 estruturas do estado nesse apoio ao Rio Grande do Sul. Em relação à questão do convite do CREA  
1081 do senhor Eduardo, se possível, nós vamos participar, a agenda está bem intensa semana que vem,  
1082 é difícil, nós recebemos alguns convites que a gente não vai, infelizmente, conseguir participar,  
1083 mas a gente avalia e verifica, e dá uma resposta em relação a essa participação. Em relação ao que  
1084 foi colocado pelo conselheiro Roberto Resende, em relação ao Valo Grande, eu vou endereçar ao  
1085 DAEE para que ele faça uma apresentação em relação a esse assunto, de preferência na próxima  
1086 reunião, e eu peço para a Roberta me cobrar isso, me lembrar, e para a gente explicar e falar um  
1087 pouquinho sobre Valo Grande. E aí a CETESB também pode colaborar em relação ao  
1088 licenciamento ambiental. Em relação ao edital de chamamento do Conselho Estadual de Mudanças  
1089 Climáticas, o Lucon pode explicar um pouquinho em relação ao edital e a questão do sorteio do  
1090 processo de escolha, por favor, Lucon.

1091

1092 **01:53:23 Oswaldo Lucon:** Obrigado secretário. Bom dia, senhores e senhoras conselheiros. Eu  
1093 peguei um recado aqui, a Marina mandou para mim sobre um questionamento, uma dúvida sobre  
1094 a escolha do representante das organizações da sociedade civil no Conselho Estadual de Mudanças  
1095 Climáticas. Eu vim para cá porque eu, junto com a Karina Dolabella, coordenadora aqui da  
1096 Assessoria de Mudanças Climáticas, nós nos incumbimos desse edital, nos incumbimos desse  
1097 processo. A nossa assessoria, ela se reporta à Secretaria Executiva, ou seja, ao vice-secretário, o  
1098 Anderson, e ela é transversal a todas as pastas aqui da SEMIL. Eu trabalho aqui na área de  
1099 mudanças climáticas há 32 anos, e redigi o texto da Lei da PEMC. Tenho um pouco de  
1100 familiaridade e vou destacar os artigos 29, que prevê o Conselho, e o artigo 3º, não lembro que  
1101 inciso, que fala da transparência e fala da participação como princípio. Bom, dito isso, nós nos  
1102 pautamos por esses textos, propusemos uma nova estrutura para o Conselho Estadual de Mudanças  
1103 Climáticas, que não se reúne desde março de 2010. A lei foi aprovada em 9 de novembro de 2009,  
1104 nós tivemos uma reunião do Conselho Estadual, uma, e ele veio após um decreto que regulamentou  
1105 a PEMC lá atrás, em 2010, e ela criou um conselho, o conselho é tripartite e consultivo, ele tem  
1106 caráter consultivo. Posso até, depois, explicar o histórico desse conselho, mas num resumo muito  
1107 curto, ele substituiu o Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade, foi substituído  
1108 pela figura do conselho. A ideia, o artigo 29 da PEMC, que fala das atribuições, e o decreto as  
1109 detalha, e é basicamente acompanhar e fiscalizar a execução da política. O conselho tem o seu  
1110 espelho governamental, que é o Comitê Gestor, cujo decreto que organiza foi publicado hoje,  
1111 nomeando aqui os representantes no Comitê Gestor, no braço governo estadual. O conselho é  
1112 tripartite, como eu falei, então ele tem o governo estadual, os municípios e a sociedade civil, assim  
1113 entendida, o setor empresarial, a academia e as organizações da sociedade civil, inclusive aquelas  
1114 inscritas no cadastro do Cadea. O edital anterior, nós consultamos, conversamos bastante sobre  
1115 um critério que fosse justo para a escolha, e é difícil, porque quando a gente começa a atribuir  
1116 sistema de pontos, a gente não consegue remover a subjetividade desse apontamento. E por isso,  
1117 até por recomendação do jurídico, da consultoria jurídica, nós colocamos por sorteio. O que  
1118 aconteceu? O edital anterior não teve publicidade suficiente, não teve, não acudiram interessados,  
1119 e o critério de sorteio foi questionado. Não vou defender o critério de sorteio, ele já é águas  
1120 passadas, era uma forma fácil, digamos, de escolha. Não cabe a mim fazer juízos de valor. O novo  
1121 edital, lançado, ele está num formulário on-line, no site aqui da SEMIL, não tenho o site exato,  
1122 mas não é difícil de encontrar, e ele simplificou sobremaneira o processo, ele basicamente é um  
1123 cadastro em que as organizações interessadas se identificam, identifica o seu diretor, aponta o  
1124 representante e suplente com respectivos RG e CPF, e submetem uma carta expondo os motivos,  
1125 essa carta não tem nenhum formato específico, nenhum tamanho específico, e essa carta, uma  
1126 *cover letter*, como a gente chama, aquela carta introdutória, e ela passa por nós, da assessoria, da

1127 Assessoria de Mudanças Climáticas, nós vamos olhar todos esses pedidos, vamos elaborar uma  
1128 nota técnica interna e vamos submeter aos nossos superiores com as nossas recomendações. Bom,  
1129 a dificuldade nesse conselho, histórica, foi o número de participantes. Como ele é tripartite, o  
1130 decreto de 2010 tinha, se não me engano, 42 membros, essa foi uma das razões pelo qual o  
1131 conselho nunca se reuniu, lembrando que em 2010 nós não tínhamos redes sociais e não tínhamos  
1132 teleconferências, então era presencial. Como os conselheiros não eram remunerados e alguns  
1133 tinham que se deslocar grandes distâncias para vir para uma reunião, e esse foi um dos motivos. O  
1134 outro motivo foi realmente a falta de coordenação entre o Comitê Gestor e o Conselho. O Comitê  
1135 Gestor chegou a se reunir até 2014, e depois ele arrefeceu. Não fomos, digamos, instados a  
1136 promover reuniões do Comitê Gestor, e as decisões da Política Estadual de Mudanças Climáticas  
1137 ocorreram por outros processos. Então, nessa gestão foi proposto restabelecer essa chamada  
1138 governança da PEMC através do Decreto 68, alguma coisa, de 2024, de março de 2024, que propõe  
1139 um Comitê Gestor e um Conselho menores, porém mais, digamos, eu vou falar céleres e eficazes.  
1140 O número de participantes em si não significa muita coisa, isso eu falo por experiência própria,  
1141 como fui coordenador do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

1142

1143 **02:01:08 Jonatas Trindade:** Lucon, só para a gente adiantar, porque a gente ainda nem entrou na  
1144 pauta do dia. Aí só para a gente explicar em relação a dúvida do conselheiro, que é a questão da  
1145 seleção mesmo.

1146

1147 **02:01:17 Oswaldo Lucon:** A seleção, como eu falei, a seleção, nós, esse formulário Google, ele  
1148 pede um PDF, nós leremos esse PDF, eu e a Karina, escreveremos uma nota técnica, submetemos  
1149 ao secretário executivo, que vai proceder, e a decisão final, quer dizer, o anúncio do conselheiro,  
1150 será pelo governador. Quando for anunciado, nós teremos condições de instalar o conselho da  
1151 PEMC. Então, isso é uma condição necessária, sem essa escolha, nós não temos o Conselho, e a  
1152 governança não anda por esse braço. Essa é a resposta objetiva. Obrigado.

1153

1154 **02:01:58 Jonatas Trindade:** Obrigado, Lucon. E aí o pedido do senhor Roberto Resende é que  
1155 seja escolhido pela sociedade civil. A questão é que no próprio edital tinha a questão da  
1156 qualificação da entidade. Tem que ser uma entidade que tenha conhecimento em relação ao  
1157 assunto, esse é um aspecto que pesa e a gente pode avaliar, e aí eu não estou prometendo, mas eu  
1158 vou levar isso para o secretário executivo, junto a assessoria, como é que poderia ser feita essa  
1159 escolha, como tem feito no Cadea, de ter uma eleição feita pelos próprios conselheiros, ou pelos  
1160 próprios participantes, no caso das organizações não governamentais, mas lembrando que tem  
1161 como critério a questão da especificidade de ter experiência no assunto, para que a gente realmente  
1162 traga efetividade ao conselho, como se espera. Eu acho que é isso que eu vou levar para o secretário  
1163 executivo, para Assessoria de Mudanças Climáticas, para que a gente discuta isso, se pode ser feito  
1164 em sorteio, mas como foi bem colocado pelo Lucon, a gente tem que ter um crivo prévio para que  
1165 a entidade realmente possa colaborar com esse processo da discussão da Política Estadual de  
1166 Mudanças Climáticas.

1167

1168 **02:03:08 Oswaldo Lucon:** Só lembrando, digamos, essa eleição talvez precisasse qualificar os  
1169 próprios eleitores. A experiência em mudança climática para eleger uma organização com  
1170 experiência em mudança climática, ou pode deixar aberto e o povo vota.

1171

1172 **02:03:32 Roberto Resende:** Só uma dúvida, sem entrar no mérito, na experiência da equipe, da  
1173 assessoria e do histórico da lei, mas acho que também a própria, a gente chama reflexão isso, o

1174 conselho foi criado lá em 2010, nunca funcionou de fato, eu acho que desse jeito também não vai  
1175 ter inscrição, acho que talvez o fato do primeiro chamado ficar vazio deve significar alguma coisa,  
1176 porque a gente acha que é um retrocesso esse formato de escolha da representação da sociedade  
1177 civil. O decreto de janeiro coloca dois representantes da sociedade civil, sendo organizações sócio  
1178 ambientais com atuação na área de mudança climática, dois das universidades públicas paulistas e  
1179 dois da Fiesp. Se o setor ou outros setores empresariais não foram contemplados, aí também é  
1180 questão do decreto, da formulação do decreto, porque a FAESP, outras entidades não estão, por  
1181 exemplo, por que dois da sociedade civil, organizações socioambientais, a gente tem o Cade, a que  
1182 existe há muitos anos, é um instrumento que talvez não seja bastante conhecido, mas assim, o  
1183 próprio segmento tem autonomia para eleger seus representantes aqui no conselho, e tem  
1184 funcionado, então, a gente gostaria de chamar a atenção, assim, se o conselho se pretende ser  
1185 transparente e representativo, de observar essa questão da autonomia do segmento e  
1186 provavelmente vai ficar vazio de novo essa chamada, porque não tem muito sentido recuar, como  
1187 foi feito, por exemplo, no CONAMA em gestões passadas, de colocar a figura do sorteio, que foi  
1188 muito questionado, objeto de muito debate. Então, acho que a gente gostaria de reforçar esse  
1189 pedido aqui junto a secretaria, para que reavalie essa posição, para que dê autonomia ao segmento,  
1190 para que a representação seja de fato democrática e transparente, para que traga essa diversidade  
1191 ao conselho, como é pretendido no espírito da lei. Obrigado.

1192

1193 **02:05:42 Oswaldo Lucon:** Nós já temos pelo menos duas propostas. Eu não lembro quais são as  
1194 entidades, mas já enviaram.

1195

1196

1197

1198 **02:05:54 Jonatas Trindade:** Obrigado, conselheiro, está registrado, e vou levar esse assunto para  
1199 o secretário executivo e para a Assessoria de Mudanças Climáticas. Elogiar o trabalho da CEA, da  
1200 Coordenação Educação Ambiental, pelo trabalho e pela formulação do curso EAD, então, a  
1201 possibilidade da participação ampla, não tem um número limitado de participantes, então o curso  
1202 EAD, possibilitando uma capacitação em formulação de políticas públicas ambientais, parabéns  
1203 pelo trabalho e pela disponibilidade. Em relação à questão do Beloyanis, que pediu para que a  
1204 gente fizesse, pudemos incluir na pauta essa apresentação dos dados da Mata Atlântica, já estou  
1205 pedindo para a Roberta para a gente incluir na próxima, se possível, na próxima, para ficar mais  
1206 próximo, inclusive, não ficar tão distante essa informação para a pauta, é possível? Então nós já  
1207 vamos incluir na próxima reunião. Em relação a denúncia da APA, Rodrigo, você quer falar  
1208 alguma coisa? E aí a outorga, a gente pode direcionar para o DAEE, mas a gente precisa de  
1209 informação concreta de qual, para que a gente possa direcionar de forma correta, se vocês puderem  
1210 oficializar encaminhando para a Secretaria Executiva, isso ajuda bastante, não sei se o Rodrigo  
1211 gostaria de falar alguma coisa.

1212

1213 **02:07:19 Rodrigo Levkovicz:** O Belô me mandou pelo zap, mas reforçar, se puder vir via  
1214 CONSEMA, porque a gente instaura um processo administrativo bonitinho, fica o número SEI,  
1215 fica tudo registrado, facilita também para a gente, por favor.

1216

1217 **02:07:31 Jonatas Trindade:** E facilita para vocês acompanharem também. Em relação ao  
1218 professor Alexandre, colocou a questão da proposta de PL, não sei se o Nalon gostaria de falar  
1219 alguma coisa. Está em análise ainda, não é, Nalon? Então, perspectiva de prazo, Nalon, o pessoal  
1220 indicou alguma coisa?

1221

1222 **02:07:51 Marco Nalon:** Então, acho que já até teve a devolutiva, viu? Já passou já a análise com  
1223 o nosso pessoal, professor Perinotto, o IPA está sensível a causa. Nós temos na área da geociências  
1224 pesquisadores que atuam também procurando fortalecer essa questão dos geoparques, da  
1225 geodiversidade, e acredito que, ou ela já tramitou com os nossos núcleos para a manifestação, ou  
1226 já deve estar em encaminhamento a nossa posição, pode contar com a gente nessa demanda.

1227

1228 **02:08:24 Jonatas Trindade:** Henrique, em relação a sua fala, nós somos sensíveis logicamente a  
1229 qualquer coisa, qualquer mudança legislativa que não tenha aderência com a prática técnica, então  
1230 isso a gente tem acompanhado também com preocupação essas pautas que têm aparecido, e o  
1231 cuidado que a gente tem tido na questão da explicação, eu acho que explicar para a sociedade, de  
1232 uma forma geral, o entendimento técnico em relação aos assuntos é pertinente, então, a gente pode  
1233 também, se for o caso, incluir como pauta da próxima reunião também, até para poder ter um  
1234 debate em relação ao assunto, não sei quem poderia fazer uma apresentação, talvez o IPA trazer  
1235 uma apresentação técnica, nós temos doutores especializados no assunto, em relação a questão até  
1236 do acompanhamento das mudanças climáticas e os impactos que tem na questão de marés e toda  
1237 a problemática no litoral. Então vou pedir para que o IPA faça essa apresentação na próxima  
1238 reunião, acho que já está até, pelos temas e pelo que foi trazido, já fechado a pauta da próxima  
1239 reunião, então vou pedir isso ao IPA para inclusão, e a gente faz esse amplo debate para trazer  
1240 clareza para a sociedade de uma forma geral. Em relação ao que foi falado pelo Ricardo Crepaldi,  
1241 a importância da gente fortalecer a agenda de resíduos sólidos, seja pela reciclagem ou pela  
1242 reutilização, pelos R's que a gente bem conhece, e a importância também da água subterrânea e  
1243 mudanças climáticas, que é um assunto bastante caro para toda a sociedade, a questão da água e a  
1244 questão da forma do uso racional da água, e também em relação à questão do biometano, levar o  
1245 assunto também para que a Sabesp possa se manifestar, eu estou pedindo aqui para a Roberta  
1246 registrar e a gente leva o questionamento, ou se vocês quiserem, se você quiser officiar, mandar um  
1247 e-mail para que a gente possa endereçar e ter o acompanhamento via SEI, é a melhor forma da  
1248 gente acompanhar isso, e vocês poderem acompanhar esse encaminhamento interno, e relatar  
1249 também essa situação de uma forma qualificada, não com a visão dessa percepção em relação a  
1250 sua fala, mas de forma qualificada, com as informações que possa trazer e serem levadas a Sabesp.  
1251 Em relação ao que foi falado pela Syllis, agradecer a participação e reconhecer a importância de  
1252 você ter esse reaproveitamento dos pneus nesse asfalto ecológico, dentro do que a técnica permite  
1253 e indica nessa questão da reciclagem. Falar para o Trani, conselheiro Trani, o apoio da Secretaria,  
1254 a agenda que tem sido realizada em relação à Conferência Nacional das Cidades, nós também  
1255 vamos ter a Conferência Nacional do Meio Ambiente no ano que vem, e aí tem um processo, um  
1256 trabalho que a Secretaria vai desenvolver, não sei se a Marina gostaria de falar alguma coisa? Mas  
1257 a gente tem também uma necessidade de preparação para a Conferência Nacional, e aí tem uma  
1258 dificuldade grande em decorrência das eleições municipais, isso impacta também a conferência,  
1259 de uma certa maneira. Agradecer também a participação da conselheira Rosa Ramos, e vamos  
1260 divulgar sim a programação da OAB para o Mês do Meio Ambiente, pedir para que o CONSEMA  
1261 faça essa ampla divulgação aqui pela Secretaria Executiva, e falar aqui que é importante mesmo  
1262 que a gente passe a ter esse espaço do CONSEMA cada vez mais fortalecê-lo na divulgação e no  
1263 fortalecimento da agenda ambiental no estado de São Paulo. Reforçar também a fala do conselheiro  
1264 José Fábio do evento realizado, AVISTAR, teve uma participação muito profícua da Fundação  
1265 Florestal no evento, com apresentações específicas do trabalho de monitoramento que vem sendo  
1266 realizado pela Fundação Florestal. A Cris Murgel falou da questão da apresentação dos  
1267 indicadores, regularização ambiental, se a gente puder divulgar também aqui no CONSEMA, seria

1268 maravilhoso, Cris, e na hora que ficar pronto o painel, e esses indicadores estarem disponibilizados  
1269 para que a gente possa fazer isso de uma forma bastante ampla e trazer essa divulgação própria no  
1270 momento oportuno, quando vocês indicarem, agradeço. E também agradecer mais uma vez a  
1271 participação da conselheira e promotora, a doutora Cláudia, e colocar o estado de São Paulo, e  
1272 lógico, todo o sistema e todos os órgãos do estado de São Paulo à disposição para a gente construir  
1273 uma agenda cada vez mais forte em relação à prevenção e ao controle dos incêndios, em especial  
1274 com a ação imediata em relação aos focos de incêndios. Então, finalizando as considerações,  
1275 vamos seguir a pauta.

1276

1277 **02:13:51 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, senhor Jonatas, pelas considerações. Vamos passar  
1278 agora para a segunda parte da ordem do dia, que tratará sobre a apreciação do relatório final da  
1279 Comissão Temática de Políticas Públicas, sobre as recomendações à proposta de Anteprojeto de  
1280 Lei específica, que cria a área de Proteção e Recuperação de Manancial da Bacia do Rio Jaguari,  
1281 que será apresentada pela Marina. Bom dia, Marina.

1282

1283 **02:14:14 Marina Balestero:** Bom dia, Roberta. Bom dia a todos e a todas os presentes e que estão  
1284 acompanhando a gente online. Eu vou aqui na frente que eu não gosto de falar sentada. É sobre a  
1285 Conferência Estadual de Meio Ambiente, a gente ainda está tendo algumas reuniões com o governo  
1286 federal. A gente está no passo anterior da das Cidades, então, quando a gente tiver mais  
1287 informações, a gente traz aqui para compartilhar com todos os conselheiros. Então eu fiquei  
1288 novamente responsável por trazer aqui para a plenária o resultado das discussões da Comissão  
1289 Temática de Políticas Públicas, que é presidida pela CPLA. E, nesse caso, a gente também é a  
1290 relatora novamente das discussões sobre o Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de  
1291 Proteção e Recuperação de Manancial do Rio Jaguari. A gente tinha a encomenda de avaliar dois  
1292 anteprojetos, em março, a gente apresentou o resultado das discussões sobre o Cabuçu - Tanque  
1293 Grande e o Rio Guaió, e agora a gente finaliza a tarefa apresentando o que foi discutido para o  
1294 Jaguari aqui. Então as áreas de mananciais são esses corpos d'águas que têm o uso definido e  
1295 destinado para o abastecimento público, e as leis específicas, elas procuram fazer essa gestão  
1296 integrada, trazendo diretrizes e normas de proteção e recuperação ambiental para essas áreas de  
1297 mananciais. As áreas de mananciais são definidas pelos Comitês de Bacia, que a gente traz o mapa  
1298 onde a maior parte dessas áreas definidas fica na região metropolitana de São Paulo e seus  
1299 arredores, dez, elas são dez identificadas, cinco já possuem legislação aprovada e hoje a gente vai  
1300 tratar daqui da Sub-Bacia do Jaguari, que fica no Comitê de Bacia do Paraíba do Sul, na UGRHI  
1301 II, e abarca os municípios de Guarulhos, Arujá, Santa Isabel, Igaratá, São José dos Campos,  
1302 Monteiro Lobato e Jacareí. Essa bacia também integra o Sistema Cantareira, que faz a transposição  
1303 das águas para abastecimento aqui na região metropolitana de São Paulo. Qual é o fluxo de trabalho  
1304 para esse anteprojeto? Então ele foi discutido no Comitê de Bacia do Paraíba do Sul, onde se  
1305 fechou uma proposta de minuta de anteprojeto, com apoio da Câmara temática de Planejamento e  
1306 o Grupo de Trabalho de Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental. Teve uma deliberação  
1307 em 2022 sobre essa minuta, agora a gente passa para a segunda etapa, que é a oitava do CONSEMA  
1308 e do Conselho de Desenvolvimento Regional, que são conselhos que são consultivos nesse  
1309 processo, eles não têm a deliberação final. No Conselho de Desenvolvimento Regional essa minuta  
1310 foi aprovada, as considerações foram aprovadas em setembro de 2023, e aqui a gente finalizou em  
1311 abril a avaliação pela CTPP do CONSEMA, o próximo passo, a partir da gente fechar essas  
1312 recomendações, é encaminhar o material para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, aí sim,  
1313 onde vamos fazer a deliberação final sobre a minuta que é encaminhada para a Casa Civil do  
1314 governador, e para depois ser encaminhada para a ALESP para debate e apreciação. Como está

1315 organizado esse Anteprojeto de Lei? Diferentemente do outro, que tratava de duas sub-bacias, esse  
1316 trata especificamente da bacia do rio Jaguari, e ele discute, entre outras questões, os  
1317 desdobramentos da transposição das águas do rio Jaguari para abastecimento da região  
1318 metropolitana de São Paulo e as relações da governança da água no território. O Anteprojeto,  
1319 então, ele tem alguns temas, ele trabalha alguns temas relacionados ao sistema de planejamento e  
1320 gestão, aos objetivos da APRM, os instrumentos de gestão, as áreas de intervenção sobre a  
1321 qualidade da água, sobre a infraestrutura de saneamento, sobre sistema de informação e  
1322 monitoramento, sobre o licenciamento, sobre a regularização, sobre a compensação, a fiscalização,  
1323 as infrações e penalidades e o suporte financeiro. A gente, na CTPP, fez essa análise já  
1324 aproveitando muito do que foi discutido nas outras a APRMs, e a gente fez essa avaliação do que  
1325 se encaixava e já tinha sido proposto na APRM do Guaió e Cabuçu - Tanque Grande para também  
1326 já incorporar aqui. Então, a síntese das recomendações da Comissão Temática de Políticas  
1327 Públicas, que o relatório foi aprovado em 25 de abril. A gente tem aqui as contribuições no artigo  
1328 65, com a inserção de um inciso para que as concessionárias de água e esgoto sejam responsáveis  
1329 por fornecer informações sobre a vazão relativa à transposição. No artigo 70, a gente padronizou  
1330 a redação em alguns incisos sobre as atividades licenciadas pelo estado, compatibilizando no que  
1331 compete aos desmembramentos para fins residenciais, então é uma redação similar ao que tinha  
1332 sido colocado para o Anteprojeto do Guaió/ Cabuçu - Tanque Grande, em conformidade com o  
1333 provimento da Corregedoria de Justiça, o Decreto Estadual de 2022, do GRAPROHAB e a Decisão  
1334 de Diretoria da CETESB. No artigo 71, a gente propôs uma adequação, no texto, no caput, sobre  
1335 o que é competência do licenciamento municipal, considerando as definições da deliberação  
1336 CONSEMA 01 de 2024, para que as APRMs sejam (— áudio cortou 02:20:07) jurídica, para  
1337 alguns pontos, e a padronização textual da proposta nos moldes jurídico legislativos, renumeração  
1338 de artigos, alíneas, bem como a verificação de eventuais lacunas textuais que foram identificadas  
1339 na proposta encaminhada para CTPP. Agora eu vou passar para vocês terem uma noção de todas  
1340 as contribuições que foram organizadas pela Comissão Temática, além daqueles principais que eu  
1341 já listei, aqui a gente vai dar uma olhadinha rapidinho em todos que foram propostos. Então, no  
1342 artigo 24, inciso 2º, a CTPP sugere a inclusão aqui, quando a gente está falando do incentivo à  
1343 implementação de empreendimentos de turismo ecológico rural e de base comunitária, no artigo  
1344 50, a gente propôs a adequação do nome da Secretaria, então a atualização do nome aqui para  
1345 SEMIL. Aqui No artigo 65 a gente colocou aqui as fontes de poluição quando previsto no  
1346 licenciamento, para fazer uma ponderação sobre a responsabilidade sobre o monitoramento da  
1347 qualidade ambiental, como também tinha sido colocado na proposta da APRM do Guaió e Cabuçu  
1348 - Tanque Grande. Agora sim, no artigo 65, no parágrafo 3º, a inclusão então de um inciso falando  
1349 sobre que os responsáveis do monitoramento da qualidade ambiental da APRM, que fica sob  
1350 responsabilidade das concessionárias de água e esgoto forneceriam informações, dentre elas as  
1351 informações relativas à transposição. Aqui no artigo 67, que trata do licenciamento, da  
1352 regularização da compensação e a fiscalização dos empreendimentos, obras, usos e atividades, um  
1353 adendo no parágrafo 2º, também colocando o quando couber nesses casos de licenciamento, para  
1354 também facilitar a aplicação, e também uma coisa que a gente trouxe da proposta discutida para a  
1355 APRM do Guaió e Cabuçu - Tanque grande, no artigo 70, essa padronização do texto segundo  
1356 ADD da CETESB, e a do GRAPROHAB, então a gente substituiu o texto do inciso 2º para  
1357 “desmembramentos para fins residenciais acima de dez partes, unidades ou lotes mantidos os lotes  
1358 mínimos definidos nessa lei”. No artigo 71, também foi feito um ajuste aqui com relação ao texto  
1359 da deliberação CONSEMA 01/24, do Licenciamento Municipalizado, então a gente ajustou o texto  
1360 propondo o texto: “serão objeto de licenciamento pelo órgão municipal ou competente as obras,  
1361 empreendimentos e atividades definidas em deliberação do Conselho Estadual de Meio Ambiente,

1362 parágrafo único, para os fins deste artigo, os municípios deverão atender ao disposto na Resolução  
1363 e SMA 142, de 2018, e suas alterações”. Essa resolução é a resolução que fala sobre a  
1364 compatibilização dos Planos Diretores e das leis específicas. No artigo 96, também a inclusão do  
1365 nome da APRM que está sendo discutida para facilitar a leitura do usuário, facilitar a identificação  
1366 da área trabalhada. Aqui no artigo 96, é aquela questão da priorização das áreas de manancial nos  
1367 mecanismos financeiros, e nos casos de supressão de vegetação nativa, então a gente incluiu aqui  
1368 o parágrafo 3º, falando que para fins de reposição florestal previstas nessas leis listadas, nos casos  
1369 de supressão de vegetação nativa autorizada, nos termos da legislação vigente, as áreas de APRM  
1370 entendidas como corredores ecológicos, serão consideradas de muita alta prioridade. Por fim, aqui  
1371 então o artigo 101, que a gente fez um ajuste, uma adequação do texto, do primeiro inciso com o  
1372 do segundo, formando esse texto, então ele ficaria tendo apenas o inciso primeiro aqui, porque a  
1373 gente juntou os dois conteúdos, falando sobre os casos de transposição de recursos hídricos,  
1374 envolvendo a subbacia do Jaguari, visando a transparência das informações referentes à  
1375 transposição, será necessário disponibilização via portal de transparência eletrônico, do operador  
1376 dos sistemas, os estudos, ações e informações relacionadas à transposição, tais como licenças  
1377 ambientais e respectivas condicionantes, volumes outorgados, derivado e captando, dados de  
1378 monitoramento da qualidade da água, entre outros. E aqui no artigo 105, também uma inclusão do  
1379 nome da APRM, também visando facilitar a leitura do usuário. E foram essas as contribuições  
1380 apresentadas e discutidas na CTPP. Para finalizar, gostaria de agradecer a participação de todos os  
1381 conselheiros, os convidados, os membros do Comitê de Bacia do Paraíba do Sul, que tornaram  
1382 essa discussão muito rica e esse material poder ser apresentado aqui hoje. Obrigada.

1383

1384 **02:25:25 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Marina.

1385

1386 **02:25:32 Jonas Trindade:** Então vamos ao debate e abrir espaço para que os conselheiros  
1387 possam se manifestar em relação ao trabalho técnico realizado, e possíveis ajustes, e para a gente,  
1388 no final, deliberar em relação à proposta da comissão técnica.

1389

1390 **02:25:56 Daniel Smolentzov:** Bom dia a todos. Inicialmente, gostaria também de consignar aqui  
1391 meu elogio ao trabalho da Polícia Militar Ambiental no Rio Grande do Sul. Fiquei bastante feliz  
1392 com o relato do coronel Navarro na questão da solidariedade aqui do Estado de São Paulo por  
1393 meio dessa instituição tão valorosa aos colegas do Rio Grande do Sul, então, parabéns pelo  
1394 trabalho, pela disposição, pela boa vontade em prestar essa ajuda fundamental ao nosso estado  
1395 irmão. Parabéns também à SEMIL pelo apoio de sempre à Polícia Militar Ambiental, então, é uma  
1396 parceria muito antiga e exitosa das duas instituições aqui do Estado de São Paulo, que se refletiu  
1397 nesse apoio. Sobre a proposta, eu só fiquei em dúvida no artigo que fala ‘quando couber’, o  
1398 ‘quando couber’ é uma expressão perigosa no mundo jurídico, então, se puder colocar na tela, por  
1399 favor o ‘quando couber’. O licenciamento, a regularização, a compensação e a fiscalização dos  
1400 empreendimentos, obras, usos e atividades da APRM serão realizados pelos órgãos estaduais e  
1401 municipais no âmbito de suas atribuições, de acordo com o disposto nesta Lei. O licenciamento  
1402 que trata o caput deste artigo será concedido sem prejuízo das demais licenças exigidas pelas  
1403 legislações... ‘quando couber’. Qual é a ideia do quando couber? O que vocês pensaram para  
1404 incluir essa expressão quando couber?

1405

1406 **02:28:17 não se identificou:** A discussão na Comissão Temática foi justamente para resguardar  
1407 as responsabilidades e competências do licenciamento a quem for de direito. O ‘quando couber’,  
1408 a depender de quem seria o responsável por esse fato. A gente acabou adotando essa redação

1409 porque também tinha sido deliberada como sugestão de alteração na APRM Guaió e Cabuçu -  
1410 Tanque Grande, que a gente tinha discutido anteriormente.  
1411

1412 **02:28:55 Daniel Smolentzov:** Da legislação anterior foi incluído? Já foi aprovada? Já passou para  
1413 lá... Ainda não seguiu, né? Tudo bem, vou ficar quieto. Eu não sou muito fã dessa expressão. Eu  
1414 acho que ela mais confunde do que facilita a leitura, porque sempre quando colocam um 'quando  
1415 couber', fica a dúvida, o que é o quando couber? Quando couber o que? Parece que tem uma...  
1416

1417 **02:29:29 Jonatas Trindade:** A gente pode levar para discussão aqui, nós estamos para isso, a  
1418 gente pode tirar, ou pode manter, não tem problema.  
1419

1420 **02:29:35 Daniel Smolentzov:** Rodrigo, o que você acha? Você que é colega? Eu acho que  
1421 confunde, mas talvez seja uma visão pessoal. Rosa também, se puder nos ajudar, o pessoal do  
1422 mundo jurídico.  
1423

1424 **02:29:58 não se identificou [2]:** Independente de ser do mundo jurídico, eu sugiro que seja  
1425 suprimida essa expressão.  
1426

1427 **02:30:05 Jonatas Trindade:** Porque o foco aí é na preservação ambiental e as especificidades  
1428 municipais, as especificidades municipais quando couber, quando tiver alguma especificidade  
1429 municipal, quando couber, é muito nesse sentido, mas a gente está entendendo a amplitude que  
1430 isso provoca.  
1431

1432 **02:30:19 não se identificou [2]:** Se quando ocorrer o processo do documento, já está premiado.  
1433

1434 **02:30:26 Daniel Smolentzov:** Para mim o artigo é claro, e eu acho que o artigo já é bem claro.  
1435

1436 **02:30:32 Jonatas Trindade:** Vamos levar a votação. Quem vota a favor de retirar a expressão  
1437 'quando couber', se mantenha, pode tirar a apresentação só pra gente poder ver todo mundo que  
1438 está participando. Se tiver alguém contrário à retirada, aí levanta a mão. Quem não estiver  
1439 contrário, quem for favorável a retirada permanece como está. Então todo mundo foi favorável,  
1440 unânime à retirada da expressão 'quando couber'. Que mais, pessoal? Quais são os outros pontos  
1441 que a gente possa levar a discussão aqui? Tem mais algum ponto, alguma tensão em relação às  
1442 modificações propostas que chamem a atenção? Porque, o que a Marina fez? Ela trouxe aqueles  
1443 pontos em que a Comissão Técnica trabalhou e propôs alterações, então ela trouxe um quadro  
1444 consolidado, apresentando isso de uma forma bastante expedita, espero que todos tenham  
1445 conseguido ter tido a oportunidade de ler a proposta, entendido a proposta, e aí o debate é em cima  
1446 das alterações, porque nós vamos encaminhar, seguindo o rito, essas considerações para o  
1447 conselho. Tem mais algum ponto de atenção ou de discussão, pessoal? Ou podemos votar pela  
1448 aprovação do relatório e aprovação da proposta trabalhada pela Comissão Temática? Podemos  
1449 votar, então, pessoal? O relatório e as propostas modificação no todo, com a exclusão aprovada  
1450 aqui pelo pelo pleno. Quem é favorável às redações ou a proposta apresentada, com a ressalva  
1451 apresentada hoje? Podemos votar? Aqueles que são favoráveis à aprovação do relatório da  
1452 proposta apresentada pelo Conselho, por favor, se mantenham como estão. E aqueles contrários,  
1453 por favor, levantem a mão. Então, aprovada por unanimidade com o ajuste apontado aqui pelo  
1454 conselheiro, o doutor Daniel. Obrigado pela celeridade, pelo trabalho técnico realizado.  
1455

1456 **02:33:09 Glória Roberta Paffi:** Parabéns. Vamos passar ao próximo item da pauta do dia, que  
1457 refere-se a proposta de atribuição à Comissão Temática de Políticas Públicas, para oitiva do  
1458 CONSEMA, referente às demandas encaminhadas pelas prefeituras, nos termos de que trata o  
1459 caput do parágrafo 10º, do artigo 4º, da Lei Federal 12.651, de 2012, conforme redação conferida  
1460 pela Lei Federal de 21. Sobre o item em questão, a apresentação, quem irá fazer a explicação sobre  
1461 a apresentação que a PGE apresentou, o parecer técnico 160 de 2024, será o doutor Daniel.

1462

1463 **02:34:00 Daniel Smolentzov:** Bom, esse caso é o seguinte, nós tivemos uma alteração no Código  
1464 Florestal, o Código Florestal traz a definição das Áreas de Preservação Permanente, e desde 2012,  
1465 até na época do novo Código Florestal, essa legislação de 2012, houve muito debate sobre a  
1466 questão das Áreas de Preservação Permanente em meio urbano, então tinha uma corrente que  
1467 entendia que a questão da APP em meio urbano deveria ser tratada numa legislação específica,  
1468 que o Código Florestal se aplicaria somente a áreas rurais, deveria se aplicar, melhor dizendo,  
1469 somente as áreas rurais, e houve esse debate no Congresso Nacional, mas o que prevaleceu foi a  
1470 legislação atual, que cuida de Área de Preservação Permanente em meio rural e em meio urbano,  
1471 mas, apesar dessa opção legislativa, o tema continuou sendo bastante debatido, porque nós temos  
1472 especificidades das APPs em meio urbano, até que veio então, em 2021, uma lei federal, uma nova  
1473 lei federal, que alterou o Código Florestal de 2012 e abriu a possibilidade dos municípios, por lei  
1474 municipal, disciplinarem essas Áreas de Preservação Permanente, somente as relativas a curso  
1475 d'água, não a todas as hipóteses de APP, mas só aquelas de curso d'água, então abriu a possibilidade  
1476 para que os municípios, por meio de lei municipal, regulamentar essas APPs de uma forma diversa  
1477 daquela regulamentação presente no Código Florestal. E trouxe como requisito, a lei traz alguns  
1478 requisitos para essa legislação municipal, não é livre, e um desses requisitos é a oitiva do  
1479 CONSEMA, justamente do Conselho Estadual. E qual é a ideia do legislador? Como normalmente  
1480 os cursos d'água eles não se esgotam no território municipal, normalmente os cursos d'água eles  
1481 ultrapassam o território municipal, isso ganha uma importância regional, por isso, então, o Estado,  
1482 por meio do seu Conselho Estadual de Meio Ambiente, deveria se pronunciar sobre essa legislação  
1483 para ver se aquela lei proposta municipal tem um impacto regional negativo, obviamente, que  
1484 aconselhasse o Estado, então, a se manifestar contrariamente a essa regulamentação pretendida  
1485 pelo município. O papel do Conselho Estadual aqui do Meio Ambiente não é deliberativo sobre  
1486 esse assunto, ele é consultivo, então a palavra final é do legislativo municipal, mas obviamente é  
1487 um documento importante dentro do processo legislativo municipal, porque é uma análise técnica,  
1488 regional, como eu falei, que vai constar do processo legislativo municipal, e pode ser afastada, mas  
1489 obviamente, com todas as justificativas e com todos os controles que o legislativo municipal  
1490 também possui. Então, nesse sentido, o que nós vamos aqui deliberar, nós já recebemos quatro  
1491 processos, quatro legislações municipais, portanto, tratando desse tema, e nós vamos ter que nos  
1492 manifestar aqui, enquanto CONSEMA, sobre isso. E a proposta hoje que nós vamos votar na  
1493 sessão de hoje, é para qual Comissão Temática que nós vamos encaminhar esses processos, para  
1494 que eles primeiro faça uma análise mais técnica, mais apurada, para depois submeter o assunto  
1495 aqui ao plenário, para que nós possamos finalmente votar cada uma dessas legislações municipais.  
1496 Olhando aqui a composição das Comissões Temáticas que está na nossa Deliberação CONSEMA  
1497 08, de 21, esse assunto cabe dentro de duas comissões, ele cabe dentro da Comissão de  
1498 Biodiversidade e Áreas Protegidas, mais especificamente aqui na alínea A, do inciso que cuida  
1499 dessa comissão da CTBio, que fala: 'Uma das atribuições da CTBio seria a análise de planos,  
1500 programas e projetos relacionados com biodiversidade, Unidades de Conservação e demais áreas  
1501 protegidas', que seria o caso, então, das APPs, então encaixa aqui perfeitamente. Mas também nós  
1502 poderíamos entender que esse assunto seria pertinente aqui na Comissão de Políticas Públicas,

1503 então estaria aqui na alínea C das atribuições dessa Comissão, que é ‘a avaliação e  
1504 acompanhamento de normas e políticas relacionadas ao planejamento ambiental e territorial’.  
1505 Então é uma norma, uma lei municipal, que tem uma relação com a questão do planejamento  
1506 territorial/ ambiental, porque está disciplinando ali o território municipal. Então, a princípio, aqui  
1507 nós teríamos esses dois caminhos para decidir a nossa votação. Já adiantando o meu voto, senhor  
1508 presidente, eu, particularmente entendo que esse assunto seria melhor tratado na Comissão de  
1509 Biodiversidade. Eu acho que assim, o olhar que nós precisamos para analisar essas legislações  
1510 municipais é de fato qual é o impacto de se reduzir a faixa de APP no município, que impacto que  
1511 isso geraria para o Estado de São Paulo? E aí, essa análise é uma análise de questão de  
1512 assoreamento do curso d’água, de fluxo gênico, fluxo de fauna, esses são os impactos que poderiam  
1513 ser gerados para o Estado de São Paulo, advindos de uma legislação municipal que reduziria a  
1514 faixa de APP naquele território respectivo lá do município. E me parece aqui, analisando todo o  
1515 histórico que nós temos da CTBio, até os integrantes dessa comissão, que me parece que os colegas  
1516 conselheiros que integram essa comissão tem esse olhar mais técnico desses assuntos que, a meu  
1517 ver, são mais relevantes para a análise dessas legislações municipais. Mas é uma opinião, vamos  
1518 abrir aqui a discussão, obviamente, mas me parece aqui que seria mais adequado. Ressaltando  
1519 novamente que não há nenhum tipo de impedimento para que o assunto, se assim os senhores  
1520 conselheiros entenderem, possa ser direcionado para outra comissão. Em termos aqui regimentais,  
1521 eu consigo aqui dizer com tranquilidade que o assunto cabe nas duas comissões, é só uma questão  
1522 mesmo de os senhores avaliarem o que entendem que seria mais conveniente. Muito obrigado.

1523

1524 **02:43:32 Jonatas Trindade:** E aí, só para contextualizar rapidamente, como começaram a chegar  
1525 esses projetos dos municípios, nós fizemos uma primeira avaliação sem um crivo jurídico,  
1526 sugerindo à Comissão Temática de Políticas Públicas e nós fizemos uma consulta jurídica. E aí  
1527 enxergamos essas duas possibilidades, tanto a Comissão Temática Políticas Públicas, como a de  
1528 Biodiversidade. Então, nós resolvemos trazer esse tema para discussão aqui no plenário, para a  
1529 gente definir qual seria a melhor comissão para conduzir esse processo. Eu tendo também a  
1530 concordar com o doutor Daniel, que essa visão mais holística ou mais ampla, considerando a  
1531 biodiversidade e os impactos que irão possivelmente ocorrer em decorrência das mudanças das  
1532 Áreas de Preservação Permanente em zona urbana. Então, não sei qual seria a melhor forma de a  
1533 gente conduzir, se a gente já colocaria em votação a proposta do conselheiro Daniel para que seja  
1534 conduzida pela Comissão Temática de Biodiversidade, ou se a gente faz uma votação apartada  
1535 para ver essa contabilização, tanto para de políticas públicas como de biodiversidade. Rodrigo se  
1536 inscreveu, Nalon, Roberto. Quem mais? A doutora Cláudia.

1537

1538 **02:45:20 Daniel Smolentzov:** Só antes de abrir a palavra, desculpa, só uma complementação aqui  
1539 que eu esqueci de dizer, esse tema é tão intrincado que essa legislação de 2021 ela está sendo  
1540 questionada no Supremo Tribunal Federal, então tem uma ação direta de inconstitucionalidade, é  
1541 que ainda não há decisão judicial definitiva sobre esse assunto, mas não é uma legislação pacífica,  
1542 vamos dizer assim, porque ainda está sob análise do Poder Judiciário, só esse esclarecimento.

1543

1544 **02:45:52 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Daniel, pelo brilhante esclarecimento. Vamos seguir  
1545 aqui com o Rodrigo.

1546

1547 **02:45:57 Rodrigo Levkovicz:** Só para endossar aqui a proposta do Daniel. Acho que tudo a ver,  
1548 a gente faz muita discussão quando vai fazer Plano de Manejo de APA, e assim, me parece bem

1549 pertinente, é um assunto que os conselheiros já tratam, e também manifesto meu apoio a proposta  
1550 de trazer para o CTBio, mas acho que a gente precisa ouvir o presidente para ver se ele concorda.  
1551

1552 **02:46:23 Glória Roberta Paffi:** Então segue para o Nalon.  
1553

1554 **02:46:25 Marco Nalon:** Na qualidade de presidente da CTBio, eu ia até fazer um comentário, de  
1555 qualquer forma, doutor Daniel, que a gente enxergou, já passou de um plano lá pelo corpo técnico  
1556 do IPA para avaliação, acho que de Morungaba, se eu não me engano. E a gente achou até  
1557 interessante, porque ele estava propondo ampliar a APP na área urbana até, depende do perfil do  
1558 município, aquele que é mais estância climática, mais turístico, mas a gente observou, além da  
1559 questão da biodiversidade, que é óbvia, acho que ela por si só já justifica tudo, o aspecto também  
1560 do gerenciamento de risco que a gente não tinha olhado e o pessoal tem um olhar especial lá em  
1561 Morungaba, dizendo que também, além da questão da recomposição da vegetação e todos os  
1562 ganhos de biodiversidade, o que eles estavam propondo, vinha muito adequadamente a questão de  
1563 áreas que têm risco de alagamento ou de movimento de massa nas margens desses rios. Então a  
1564 gente começou a ter um outro olhar além da biodiversidade, então acredito que, caso ela venha a  
1565 ser deliberada para passar pela CTBio, sem problema algum, acho que esse é um aspecto que a  
1566 gente vai acabar trazendo junto. Apesar de não ser biodiversidade diretamente, o aspecto de risco,  
1567 pelo menos a essas questões de enchente, o movimento de massa, a gente vai procurar olhar, ter  
1568 esse olhar também.  
1569

1570 **02:48:01 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, Nalon. Próximo inscrito, Roberto Resende.  
1571

1572 **02:48:05 Roberto Resende:** Obrigado. Só usando a analogia aqui, fazer duas observações, uma a  
1573 montante outra a jusante da questão, porque indo lá na Nascente, acho que tem a questão desta lei  
1574 14.285, como foi lembrado, é bastante questionável, agora a gente está discutindo que pequenas  
1575 remediações dela, e acho que a gente não vai ficar aqui se repetindo sobre toda a implicação disso,  
1576 que a gente está vendo, de novo, uma lição, na dor, como o conselheiro lembrou. E agora que a  
1577 gente está tentando amenizar, talvez o parecer da PGE, restrito só ao caráter de consultivo, mas a  
1578 gente acha até pouco, mas acho que é importante esse papel revisor do Conselho Estadual para  
1579 compatibilizar com outras normas. Não vai ter esse poder de revisar, mas pelo menos indicar, na  
1580 minha opinião, acho que é pouco, mas vamos lá. Quais as câmaras? Acho que as duas são  
1581 compatíveis, eu acho que a jusante, a única observação em relação à questão da biodiversidade,  
1582 porque a gente vai ter que incorporar aspectos dos planos de bacia, dos zoneamentos, como foi  
1583 falado, assim, as várias funções das APPs, não apenas da biodiversidade. Então, dada a questão  
1584 geotécnica, da urbanização, então talvez só pensar nessa questão do que não se atenha à  
1585 biodiversidade, e talvez, por esse lado, seria interessante de políticas públicas. Mas o problema  
1586 principal seria a questão do calendário das duas CTs, que a gente acha que está um pouco defasado,  
1587 está se acumulando muito assunto, a CTBio tem muito Plano de Manejo, de Unidade de  
1588 Conservação, a de Políticas Públicas agora se ocupou bastante da revisão que acabou de ser votada  
1589 lá para a APRM, tem a logística reversa. Então, de modo geral, a gente já tem essa constatação  
1590 que o calendário de reuniões da CT está um pouco aquém da demanda. Então, seja qual for, acho  
1591 que as duas poderiam atender a questão, mas a gente ficar atento de não perder esse foco, da gente  
1592 não deixar acumular tanta demanda que as CTs tem, que está prejudicando seu funcionamento,  
1593 sua efetividade, sua contribuição. Mas acredito que qualquer uma das duas poderia atender essa  
1594 função, que eu acho fundamental, que o CONSEMA não abra mão dela. Obrigado.  
1595

1596 **02:50:36 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, conselheiro Roberto Resende. A próxima inscrita, a  
1597 doutora Cláudia Habib.  
1598

1599 **02:50:45 Cláudia Habib:** Obrigada, muito obrigada. Olha, na linha do que foi dito pelos dois  
1600 conselheiros, a questão é extremamente séria e preocupante. O aspecto da biodiversidade, claro,  
1601 ele é incontestável, mas nós temos a segurança hídrica, mesmo se tratando de APP urbana, e  
1602 também o gerenciamento de riscos, áreas inundáveis, sujeitas a alagamento e inundações. Tivemos  
1603 várias experiências tristes em situações como essas, da necessidade de retirada de pessoas, de  
1604 famílias, o Rio Grande do Sul, esse exemplo. Então a questão precisa ser vista, claro, incluindo a  
1605 biodiversidade, mas além dela, e toda vez que se trata de redução da APP, é algo que arreia,  
1606 porque a gente tem que pensar no aumento dessas áreas de proteção. Nós estamos em época de  
1607 efeito de mudanças climáticas, estamos fazendo um trabalho duro, intenso, com todos os  
1608 municípios, agora, voltado à segurança hídrica, dificuldade de mananciais, alternativas de  
1609 captação, quando o município é abastecido de forma superficial. Já estamos aí em fevereiro, março,  
1610 com municípios em crise, com contenção, com riscos de abastecimento, DAEE deverá emitir uma  
1611 nota técnica agora em relação às outorgas, irrigações, voltadas para os períodos mais críticos da  
1612 estiagem, julho, agosto, em função da competição que existe pelo uso da água, pela disputa do uso  
1613 da água, abastecimento público e irrigantes, então nós estamos vivendo isso e ainda a gente tem  
1614 que pensar na redução de APP, que é algo totalmente inaceitável, que certamente trará muitas  
1615 questões tristes para a gente, incluindo não só a segurança hídrica, como também gerenciamento  
1616 de riscos e alagamentos, enchentes, inundações. Não há a menor dúvida. Era isso, muito obrigada.  
1617

1618 **02:52:48 Glória Roberta Paffi:** Obrigada, doutora Cláudia.  
1619

1620 **02:52:52 Jonas Trindade:** Então vamos colocar da seguinte maneira, primeiro, colocar em  
1621 votação em qual comissão, e aí a gente faz a contabilização para escolher a comissão. Diga, Nalon?  
1622

1623 **02:53:08 Marco Nalon:** Só uma pergunta básica, existe a possibilidade de tramitar em duas  
1624 comissões para ter dois enfoques ou não? Não é conveniente.  
1625

1626 **02:53:17 Marina Balestero:** A gente podia juntar os calendários. O que eu estava conversando  
1627 com o Daniel, é que a composição da CTBio ela traz uma maior variedade de representações. Na  
1628 CTPP a gente perderia essa perna da biodiversidade. Então, talvez a gente pudesse tentar casar os  
1629 calendários e fazer junto, mas a gente precisaria pensar. Reunião conjunta talvez fosse...  
1630

1631 **02:53:52 Daniel Smolentzov:** Eu não vejo nenhum prejuízo em fazer uma pauta conjunta das  
1632 duas reuniões sobre esse assunto, já que é um assunto que tem tantas variáveis e como as comissões  
1633 temáticas elas funcionam como um braço técnico do plenário, se o plenário decidir, achar  
1634 importante que o assunto passe pelas duas comissões, que aí podem combinar de discutir isso em  
1635 conjunto, ou pode, cada uma faz a sua análise com o seu olhar e faz o seu relatório, e aí submete  
1636 para o plenário os dois relatórios para que a votação, quando for ser feita no plenário, já venha  
1637 com esse olhar completo das câmaras técnicas, mas não há nenhum prejuízo, não, poderíamos  
1638 seguir nessa linha.  
1639

1640 **02:54:58 Jonas Trindade:** E aí, eu acho que é importante só a gente definir quem ficaria  
1641 responsável pelo relatório, em qual comissão, que a gente poderia pensar... alternada?  
1642

1643 **02:55:09 Daniel Smolentzov:** Ou duas relatoria, porque, ou eles poderiam trabalhar em conjunto,  
1644 digamos, fazer uma pauta conjunta, e aí faz uma reunião das duas, uma reunião maior das duas  
1645 comissões, ou cada comissão analisa o processo, faz o seu relatório, e com o seu olhar, e aí, quando  
1646 viesse para o plenário, aí sim, tomar esse cuidado de quando vir para o plenário, vir com os dois  
1647 relatórios.

1648  
1649 **02:55:45 Mayla Fukushima:** Daniel, assim, até simplificar, não poderia deixar numa comissão,  
1650 vai ficar nessa comissão determinada, quando tiver esse assunto em pauta, daí a gente convida,  
1651 essa comissão convida os membros da outra comissão para participar dessa reunião, entendeu?  
1652 Porque senão eu acho que fica um, depois fica o outro, a relatoria de um, do outro, eu acho que é  
1653 confuso, gente, porque eu acho que tem que manter uma mesma linha, sugestão.

1654  
1655 **02:56:17 Marco Nalon:** O nosso combinado aqui foi de a gente fazer sempre conjunta com uma  
1656 única relatoria.

1657  
1658 **02:56:26 Jonas Trindade:** Tem que otimizar as opiniões, porque se a gente passa para uma,  
1659 depois passa para outra.

1660  
1661 **02:56:30 Marco Nalon:** E a CTBio e a CTPP vai ter suas reuniões específicas, e a gente marca,  
1662 então, para fazer essa demanda.

1663  
1664 **02:56:40 Jonas Trindade:** A Cris Murgel levantou a mão também.

1665  
1666 **02:56:45 Cris Murgel:** Eu ia sugerir exatamente isso, delegar para as duas comissões de forma  
1667 conjunta. Nós já tivemos casos assim no passado, inclusive, de criar comissões à DOC, de casos  
1668 em que precisava compor um olhar mais diverso. Então, a minha sugestão é a de que o plenário  
1669 delegue para que seja analisado conjuntamente pelas duas comissões, e aí a gente resolve a  
1670 relatoria, porque a relatoria é eleita, então, na hora a gente resolve lá como vamos fazer a relatoria.  
1671 Eu acho que o caso merece, porque uma comissão complementa a outra, em termos de entidades  
1672 que estão faltando uma e outra, e dá o olhar mais diverso que precisa.

1673  
1674 **02:57:34 Jonas Trindade:** Então vamos lá, só para ver se o encaminhamento pode ser esse que  
1675 eu vou propor, vamos avaliar. A gente faz uma votação para escolher uma comissão para conduzir  
1676 esse processo com apoio da outra comissão, ou alternativamente vota para que o trabalho seja  
1677 conjunta as duas comissões se responsabilizando nesse processo. Eu tenderia a ir na lógica que a  
1678 Mayla colocou, de colocar uma como responsável, porque aí você já tem a referência, mas com a  
1679 responsabilidade, ou a necessidade dessa Comissão de Biodiversidade, ou de políticas públicas,  
1680 chamar e organizar essa agenda e conduzir esse processo, fazer a relatoria dentro, considerando  
1681 todos os conselheiros que fazem parte das duas câmaras, e também podendo convidar outras  
1682 pessoas que possam contribuir com esse processo. Podemos seguir nesse sentido na votação,  
1683 primeiro, para entender se a gente atribui a uma ou duas câmaras no sentido de condução do  
1684 processo? Esse é o primeiro questionamento, se a gente pode votar nesse sentido para que uma  
1685 assumira essa responsabilidade, e aí a gente define qual, e aí ela conduz esse processo de forma  
1686 conjunta, mas considerando a condução por esse processo de relatoria e de marcar reuniões para  
1687 uma câmara específica, podemos votar em relação a isso? Então eu peço para aqueles que são  
1688 favoráveis a esse modelo de uma comissão conduzir, mas convocando ou convidando os  
1689 conselheiros da outra Comissão para que componha esse processo de análise, que se manifestem,

1690 permanecendo da forma como estão, ou levante a mão de forma contrária. Então a manifestação  
1691 foi no sentido de uma se responsabilizar e essa uma vai conduzir esse processo mais com o  
1692 envolvimento das duas, e aí a segunda votação é a seguinte: vamos fazer uma votação, aqueles que  
1693 levantaram a mão são favoráveis a Comissão Temática de Políticas Públicas, como responsável  
1694 por a condução desse processo, ou aqueles que se permanecerem como estão, aqueles que são  
1695 favoráveis à Comissão Temática de Biodiversidade conduzindo esse processo. Então, quem  
1696 levanta a mão vai estar votando a favor da CTPP como condutora do processo, aqueles que  
1697 permanecerem sem levantar a mão, o processo vai ser conduzido pela Comissão de  
1698 Biodiversidade. Podemos votar? Rodrigo, está querendo fazer um adendo aqui.

1699

1700 **03:00:28 Rodrigo Levkovicz:** Agora que ficou conjunto, eu acho que até pela agenda da CTBio,  
1701 pelo déficit de planos de manejo que a gente tem, talvez fique mais fácil organizar pela outra, eu  
1702 não sei, o que você acha, Nalon? Porque a análise conjunta aí resolveu a preocupação do Daniel.  
1703 Agora, em termos de agenda, eu acho que a CTBio está assim...

1704

1705 **03:00:57 Jonatas Trindade:** Porque quem assumir qual comissão vai ficar responsável, vai ficar  
1706 responsável pela relatoria, é isso, na prática é isso, e esse processo de organização, junto com a  
1707 outra Comissão. Vamos fazer a votação então, pessoal, pela escolha? Então quem levantar a mão  
1708 está votando favoravelmente à Comissão Temática Políticas Públicas. Quem permanecer com a  
1709 mão na abaixada vai estar votando pela Comissão Temática de Biodiversidade. Então está aberto  
1710 para votação. Vamos fazer a contagem, primeiro presencial e depois o virtual. Então vamos contar  
1711 de novo, por favor, levantem a mão. 14 favoráveis, sendo 15 está aumentando. Então esperar a  
1712 votação da virtual. Então 11 aqui em plenário votaram a favor da condução pela CTPP. Virtual  
1713 tem quatro, então 11 mais quatro, 15, 15 votaram para que a CTPP conduza esse processo. E aí a  
1714 gente vai ter que abater para saber quantos são favoráveis a CTBio. Acho que é mais fácil todo  
1715 mundo levantar a mão de novo, fica mais fácil de contabilizar quem é agora a favor da  
1716 biodiversidade. Então, quem é a favor da CTBio conduzir esse processo, por favor, levante a mão.  
1717 Acho que fica mais fácil de contabilizar. Então a CTPP vai conduzir as reuniões de forma conjunta  
1718 com a CTBio e vai organizar e fazer a relatoria.

1719

1720 **03:03:10 Marina Balestero:** Não, tranquilo. A gente recebe esse tema, apesar do Nalon não ter  
1721 querido, mas a gente vai incluir no calendário das discussões. A gente está finalizando uma  
1722 discussão sobre a logística reversa, que era uma tarefa que a gente já tinha até antes da análise dos  
1723 Anteprojeto de Lei, e a gente já insere nas próximas reuniões do nosso calendário a discussão  
1724 convocando, não convidando, todos os conselheiros da CTBio para a gente poder garantir a  
1725 diversidade de temas que é necessária para fazer essa avaliação.

1726

1727 **03:03:42 Jonatas Trindade:** Então, só para dar transparência, CTPP ganhou 15, votos e a CTBio  
1728 dois, só para ficar registrado.

1729

1730 **03:03:51 Marco Nalon:** Então a gente compartilha a relatoria sim, tranquilamente.

1731

1732 **03:03:58 Jonatas Trindade:** Então vamos para a próxima pauta, que é a apresentação da Câmara  
1733 de Compensação Ambiental. Não, desculpa, pela ordem aqui é a indicação de representantes  
1734 titulares e suplentes de organização não governamental ambiental da Feprac. Você quer explicar e  
1735 aí a gente delibera? E aí a gente, na discussão, a gente pede para que os conselheiros se manifestem

1736 pelo interesse em participar do Feprac, e aí a gente vê, dependendo da quantidade de pessoas, a  
1737 gente vota aqui no próprio conselho, aqui no pleno.  
1738

1739 **03:04:45 Carolina Fiorillo:** Bom dia a todos. Então, só para voltar aqui sobre esse tema em  
1740 específico, a gente precisa, para poder compor o Feprac, uma das cadeiras, com direito a voto, um  
1741 representante de uma entidade não governamental, que seja membro do CONSEMA. Então, entre  
1742 os membros do CONSEMA, seriam necessários dois representantes, um titular e um suplente. A  
1743 intenção é solicitar a todos que façam as indicações e, talvez, que os senhores pudessem escolher  
1744 um titular e um suplente dentre os que já estão aqui no CONSEMA. Querem que eu resgate aqui  
1745 especificamente o texto. Não? Então, Ok.  
1746

1747 **03:05:48 Jonatas Trindade:** Então, reforçando, as entidades ambientalistas que puderem se  
1748 dispor a participar do Feprac, está aberto o espaço para candidatura, considerando que a regra do  
1749 Feprac estabelece que tem que ser escolhido dentre aqueles conselheiros do CONSEMA. E aí, só  
1750 para explicar um pouquinho do trabalho do Feprac, eu acho que a diretora Caroline pode explicar  
1751 um pouquinho, a ideia inicial é que tenhamos duas reuniões anuais, não é isso?  
1752

1753 **03:06:30 Carolina Fiorillo:** Isso, na verdade isso consta do Regimento Interno, são duas reuniões  
1754 ordinárias. A intenção é fazer uma ainda no mês de junho, no dia 20 está marcado. Então, por isso  
1755 também a gente pediu que fosse tratado com urgência aqui para possibilitar essa reunião acontecer  
1756 com quórum total, se conseguirmos, e nessa primeira reunião tem uma pauta específica, mas  
1757 haverá ainda uma segunda reunião ordinária, cumprindo assim o rito do regimento.  
1758

1759 **03:07:01 Jonatas Trindade:** Então, a agenda é muito importante para que a gente realmente  
1760 coloque o Feprac em ação, mas que não demanda tanto porque a previsão é que sejam duas  
1761 reuniões anuais. Então, reforçando, quem tem interesse, quem pode colaborar nesse processo,  
1762 nesse trabalho que o Feprac tem aí pela frente, fique à vontade. Diga, Roberto, por favor.  
1763

1764 **03:07:51 Roberto Resende:** Só uma proposta de encaminhamento, como o assunto foi meio  
1765 assim, em cima da hora, pessoalmente eu não trabalho muito nessa agenda, não acompanho muito  
1766 a agenda de áreas contaminadas, mas acredito que tem parceiros aqui da bancada que estão mais  
1767 dentro do assunto, mas eu estava vendo que talvez não estejam presentes, se a gente pudesse ter  
1768 uma solução de meio termo, a bancada se reúne em uma semana, indica os dois nomes, para dar  
1769 tempo da gente achar quem está mais próximo dessa agenda.  
1770

1771 **03:08:17 Jonatas Trindade:** Sem problema nenhum, acho que é um bom caminho. O que a gente  
1772 precisa é que seja antes do dia 20 para poder nomear e trazer essa efetividade do Feprac.  
1773

1774 **03:08:30 Daniel Smolentzov:** E nós podemos já deixar votado. Acho que o plenário pode já  
1775 referendar os nomes, a indicação Vai sair, são dois nomes indicados, indicados pela bancada  
1776 ambientalista, já fica aprovado, como nomeação do CONSEMA. Aí passa para a diretora executiva  
1777 e ela faz o ofício do CONSEMA para....  
1778

1779 **03:08:59 Jonatas Trindade:** Para a secretaria executiva do Feprac. Podemos seguir nesse sentido,  
1780 pessoal? Acho que é um bom encaminhamento, uma boa proposta dos conselheiros Roberto e  
1781 Beloyanis. Podemos?  
1782

1783 **03:09:17 Carolina Fiorillo:** Talvez só a título também de esclarecimento, eu acho que não há  
1784 nenhum impedimento da reunião também ser on-line, então, questões talvez de deslocamento, ela  
1785 pode ser no mesmo formato que a gente faz aqui, acho que não há nenhum impedimento. Então,  
1786 se tiver alguma questão de logística e transporte, porque, claro, não é remunerado também, então  
1787 acho que essa questão pode ser resolvida também.

1788  
1789 **03:09:42 Jonatas Trindade:** E lembrando que a reunião vai ocorrer no dia 20 de junho.

1790  
1791 **03:09:45 Carolina Fiorillo:** 20 de junho, às 14 horas, ou 14h30 da tarde, mais na parte da tarde  
1792 do dia 20 de junho, aqui nessa sala.

1793  
1794 **03:09:54 Jonatas Trindade:** Então, estou considerando aprovada a proposta de ter uma solução  
1795 ou encaminhamento de dois nomes no prazo de uma semana, para a gente informar a Secretaria  
1796 Executiva do Feprac. Obrigado, pessoal. Então vamos para a próxima pauta, por favor.

1797  
1798 **03:10:11 Glória Roberta Paffi:** Sim, obrigada. Vamos seguir para apresentação da Câmara de  
1799 Compensação Ambiental. Alexandre, por gentileza.

1800  
1801 **03:10:53 Alexandre — sobrenome:**

1802 Boa tarde a todos, secretário, Roberta e todos os membros. A apresentação, em função da  
1803 solicitação do conselheiro Roberto, sobre as destinações da Câmara de Compensação Ambiental  
1804 do ano de 2023, e a gente incluiu agora um pouquinho de 2024, que aconteceu no mês de abril.  
1805 Então, no período de 2023 a 2024, foram quatro reuniões ordinárias, foram 15 planos de trabalho  
1806 aprovados, 97 milhões de reais destinados e 78 Unidades de Conservação que foram beneficiadas.  
1807 Em 2023, foram 78.167 milhões destinados. Eu fiz uma separação aqui em cima dos incisos que  
1808 compõem o artigo 33, então, a separação aqui ficou como biodiversidade 812 mil, patrimônio 15  
1809 milhões, proteção que engloba a vigilância e o São Paulo Sem Fogo 59 milhões. A gente destinou  
1810 também recursos para uso público e também para a educação ambiental, estudo de viabilidade  
1811 econômica. Fiz uma separação por reuniões. Em 2023 foram três reuniões, a primeira reunião, a  
1812 110.<sup>a</sup> reunião da Câmara foram quatro planos de trabalho, então a conservação de áreas verdes do  
1813 Parque Estadual Alberto Lofgren, 1.068 milhão, 4.500 milhões para contenção, conservação e  
1814 restauro das ruínas do presídio lá do Parque Estadual Ilha Anchieta, 7.900 milhões para o São  
1815 Paulo Sem Fogo, em 2023, e Vigilância e Segurança nas Unidades de Conservação da Fundação  
1816 Florestal, de 16 milhões. Fiz a separação aqui também a pedido, conforme o doutor Roberto pediu  
1817 para separar pelas Unidades de Conservação, então foram essas 15 Unidades que receberam  
1818 recursos para o São Paulo Sem Fogo. Vale lembrar que o São Paulo Sem Fogo são regionais, são  
1819 pólos regionais, então, alguns recursos atendem várias Unidades. E também aqui, a mesma coisa  
1820 para vigilância, foram 55 Unidades de Conservação, só para você ter uma dimensão de quanto que  
1821 foi para cada Unidade. Na reunião 111<sup>a</sup>, nós destinamos 545 mil para a expansão do projeto Mar  
1822 Sem Lixo, mais 672 mil para conservação de áreas verdes lá do Alberto Lofgren, para o Programa  
1823 de Monitoramento de Biodiversidade nas Unidades de Conservação Paulistas, 812 mil, e mais 2  
1824 milhões de reais para recuperação das fundações e estruturas lá no casarão da Feena. Mesma coisa  
1825 aqui, o projeto Mar Sem Lixo, ele beneficia a APA Marinha do Litoral Sul, Litoral Norte e Litoral  
1826 Centro, e também o monitoramento da biodiversidade, abrangendo 25 Unidades de Conservação.  
1827 Na reunião 112, foi um complemento para as infraestruturas da Feena, 328 mil, mais 8.800 milhões  
1828 para adequações das coleções científicas do Herbário de Xiloteca e Laboratório de Madeiras, no  
1829 Parque Alberto Lofgren, e mais 35 milhões para o Plano de Trabalho de Vigilância e Segurança

1830 nas Unidades de Conservação para o ano de 2024. Também 54 Unidades de Conservação  
1831 beneficiadas com esse recurso. Para 2024, a gente teve só uma reunião, por enquanto, foram 18.900  
1832 milhões, e aí também separei pelos incisos do artigo 33, na questão de gestão de biodiversidade,  
1833 foram 7.660 milhões, proteção, mais 8.665 milhões, e uso público 2.622 milhões. Então, foram  
1834 quatro planos de trabalho nessa reunião 113, com 905 mil para conservação de áreas verdes lá do  
1835 Parque Estadual Fontes do Ipiranga, mais 1.700 milhão também para conservação de áreas verdes  
1836 do Alberto Lofgren e 7.660 milhões para o PSA Juçara, o edital de 2024/ 2025, e mais 8.600  
1837 milhões para o Operação São Paulo Sem Fogo no ano de 2024. Para o PSA Juçara, foram dez  
1838 Unidades de Conservação que foram beneficiadas e mais 51 Unidades de Conservação também  
1839 para Operação São Paulo Sem Fogo, em 2024. Como pedido, nesse período, 2023 e 2024, eu fiz  
1840 uma separação de todas as Unidades de Conservação que foram beneficiadas, então esse primeiro  
1841 gráfico são as Unidades que foram beneficiadas com recursos até 500 mil, foram 31 Unidades, e  
1842 aqui eu descrevi cada uma delas com seus respectivos valores. Mesma coisa para as que receberam  
1843 entre 500 mil e 1 milhão, que foram mais 23 Unidades de Conservação, também elencadas aqui  
1844 com seus respectivos valores, e acima de 1 milhão de reais foram 24 Unidades de Conservação  
1845 também elencadas dessa forma. Para não ficar muito pesado, só gráfico e planilhas, eu coloquei  
1846 aqui, eu agradeço o pessoal da Fundação Florestal que cedeu as imagens de alguns planos de  
1847 trabalho que a gente aprovou no ano de 2023 e 2024, esse aqui é do PSA Juçara, então aqui só tem  
1848 as fotos da dispersão das sementes, mas foram 97 famílias beneficiadas e mais de 260 mil  
1849 palmeiras plantadas. Não vou me aprofundar nos resultados porque isso é uma função da Fundação  
1850 Florestal, é simplesmente para ilustrar o que a gente beneficiou nesse período. Mesma coisa aqui  
1851 para as ações de vigilância nas Unidades de Conservação, então foram grandes apreensões de  
1852 armas e petrechos de caça e pesca, além da repressão contra os palmiteiros ilegais e também a  
1853 questão do pessoal que entra nas Unidades de Conservação sem a devida autorização, a visitação  
1854 irregular das Unidades. Com relação ao São Paulo Sem Fogo, a Câmara também beneficiou com  
1855 a contratação dos Bombeiros Civis, a aquisição de vários EPIs e todo aparelhamento das Unidades  
1856 de Conservação, que possibilitou o combate mais rápido e mais efetivo também nos focos de  
1857 incêndio. A questão também dos aceiros, conforme falou a doutora. Cláudia, a gente também  
1858 beneficiou as Unidades com recursos para essa função, e também a questão da asa fixa, do combate  
1859 aéreo aos incêndios. Com relação ao Programa de Monitoramento da Biodiversidade, a gente  
1860 conseguiu que fossem compradas várias câmeras traps, e isso ajuda na pesquisa e monitoramento  
1861 dos grandes mamíferos, primatas, aves e borboletas nas Unidades de Conservação, e também a  
1862 questão das ações de educação ambiental nessas Unidades. Aqui é só um slide mostrando a  
1863 repercussão na mídia desse próprio Monitora Abril São Paulo, não só em questão regional, mas  
1864 também a nível nacional. E aqui umas fotos sobre o PSA Mar Sem Lixo, com a retirada de lixo do  
1865 mar, com a catalogação e a verificação desse lixo, e também a questão da educação ambiental que  
1866 foi relativa a esse plano. E é basicamente isso. Muito obrigado.

1867

1868 **03:21:41 Jonatas Trindade:** Obrigado, Alexandre, pela apresentação. Então fica aberto para que  
1869 os conselheiros possam fazer questionamentos ou fazer qualquer tipo de comentário, por favor,  
1870 doutor Daniel.

1871

1872 **03:21:50 Daniel Smolentzov:**

1873 Bom, parabéns Alexandre, pela apresentação. Eu que me propus aqui a trazer as informações como  
1874 representante do CONSEMA na Câmara de Compensação Ambiental, não vou mais fazer isso  
1875 sozinho, agora, nas próximas você vai ser meu assistente aqui, que eu sou bem mambembe aqui  
1876 na minha apresentação e você profissionalizou, subiu a régua, agora fiquei numa situação

1877 complicada. Mas parabéns, Alexandre, não só pela sua apresentação, mas pelo seu trabalho na  
1878 Câmara de Compensação Ambiental, e aqui já vou aproveitar também para fazer um registro ao  
1879 trabalho do subsecretário Jonatas, que é o presidente da Câmara de Compensação Ambiental, faz  
1880 um trabalho exemplar à frente da Câmara de Compensação Ambiental, já falei isso pessoalmente  
1881 para ele, mas quero falar aqui em público, no CONSEMA, e deixar isso registrado em ata. Não é  
1882 um trabalho fácil, a Câmara de Compensação Ambiental é um colegiado executivo e que lida com  
1883 dinheiro público, então, a destinação desses recursos públicos, que vem pela iniciativa privada,  
1884 mas cai num fundo, e aí a Câmara de Compensação é esse colegiado executivo que tem a função  
1885 de destinar esses valores para programas que tenham relação com as Unidades de Conservação.  
1886 Então, é uma dinâmica muito diferente da nossa aqui no CONSEMA, mas o subsecretário Jonatas  
1887 conduz com bastante maestria, bastante competência, bastante serenidade, todos os assuntos que  
1888 são submetidos, o que traz muito conforto para nós, conselheiros, falo aqui em meu nome, mas  
1889 falo certamente em nome de todos os demais conselheiros lá da Câmara de Compensação  
1890 Ambiental. Nós todos ficamos bem confortáveis em debater e votar os processos que são  
1891 submetidos a nossa análise. Então, parabéns, subsecretário Jonatas, pela sua competência e pela  
1892 sua condução na Câmara de Compensação Ambiental. Estendo esses cumprimentos a toda sua  
1893 equipe, o Alexandre que está aqui, a Egle também nos ajuda bastante lá, faz o trabalho também  
1894 com bastante competência. Então, o reflexo do nosso trabalho, eu acho que foi colocado aqui um  
1895 pouco pelo Alexandre, é sempre bom lembrar que a Câmara de Compensação Ambiental é uma  
1896 forma de trazer o concretizar, vamos dizer assim, um princípio constitucional que é muito caro  
1897 para todos nós, que é a questão da isonomia. Então, esse princípio da isonomia, de todos terem o  
1898 tratamento igualitário, isso no licenciamento ambiental, é uma das formas de se manter essa  
1899 igualdade, é por meio desse mecanismo da compensação ambiental da Câmara de Compensação.  
1900 Porque, se nos lembrarmos, esses recursos são recursos provenientes de empreendimentos,  
1901 submetidos ao licenciamento ambiental, e esses empreendimentos são obrigados a sempre  
1902 adotarem medidas mitigadoras e compensatórias, conhecidas no licenciamento ambiental, e  
1903 quando se discutiu essa questão, havia então, como há até hoje, uma corrente científica dizendo,  
1904 ‘olha, mas na questão ambiental nós temos impactos que não são conhecidos’. Por mais que a  
1905 ciência se debruce, nós temos impactos nesses empreendimentos que não se sabe muito bem a  
1906 extensão deles, e que impactos são especificamente, e aí, então, criou-se essa ideia de um valor  
1907 que o empreendedor seria obrigado a depositar num fundo, e esse fundo, então, sendo revertido  
1908 para as Unidades de Conservação. Então é uma forma que nós temos de, e eu falo a questão da  
1909 isonomia, por quê? Porque as Unidades de Conservação só têm duas fontes de recursos: ou recurso  
1910 do Tesouro, que é o recurso que sai do bolso de todos nós, ou a fonte da Câmara de Compensação  
1911 Ambiental, que é esse recurso que vem dos empreendedores. Então, nós trabalhamos muito nessa  
1912 lógica, no uso dos recursos como uma forma de equilíbrio entre a conta do Tesouro e a conta da  
1913 Câmara de Compensação, o que nos possibilita usar esses recursos para todos os incisos que foram  
1914 colocados aqui pelo Alexandre. Então, esse dinheiro nós usamos não apenas para regularização  
1915 fundiária, mas também para programas de gestão das Unidades de Conservação, para programas  
1916 de conservação da biodiversidade, para programas de... a questão do fogo, para a questão de  
1917 vigilância, zeladoria. Então são todos assuntos que impactam na gestão das Unidades de  
1918 Conservação, e que esses recursos podem e devem ser utilizados para manter essa isonomia,  
1919 porque se nós fecharmos a porta da Câmara de Compensação Ambiental, outra porta se abre  
1920 automaticamente, que é a porta do Tesouro, e vice e versa. Se nós fecharmos a porta do Tesouro,  
1921 a porta da Câmara de Compensação Ambiental também precisa ser aberta para que se mantenha a  
1922 boa gestão das Unidades de Conservação. E é nessa dicotomia que nós, Jonatas, lá no nosso dia a  
1923 dia da Câmara de Compensação Ambiental, nós nos debruçamos e trabalhamos com bastante

1924 responsabilidade para analisar cada caso concreto trabalhando dentro da legalidade, obviamente,  
1925 mas ponderando e usando esses recursos dentro de todos esses temas que são necessários,  
1926 igualmente necessários e igualmente importantes, para a manutenção das Unidades de  
1927 Conservação. Quero também aqui, por fim, só também estender meus elogios aqui à Fundação  
1928 Florestal, o conselheiro Rodrigo, que está aqui, mas toda a equipe dele e a Coordenadoria de  
1929 Parques e Parcerias aqui da Secretaria, Ana Lúcia, que é a coordenadora e também toda a equipe  
1930 dela, porque são os gestores dessas Unidades de Conservação, e como gestores apresentam planos  
1931 de trabalho para nossa deliberação na Câmara de Compensação, planos de trabalho que são muito  
1932 bem... Esqueci do IPA, desculpa. Nalon, também o IPA, na sua pessoa, Nalon e também de toda  
1933 a sua equipe, então, vocês três, como gestores dessas Unidades de Conservação, a questão da  
1934 pesquisa, mais especificamente do IPA, são os responsáveis por submeter a Câmara de  
1935 Compensação Ambiental, os planos de trabalho, e nós notamos, não é, Jonatas, que são planos de  
1936 trabalho com muita qualidade, com muita seriedade, dentro dessa lógica de uso dos recursos da  
1937 Câmara de Compensação Ambiental, planos de trabalho que revertem efetivamente uma boa  
1938 gestão das Unidades de Conservação, o que traz bastante tranquilidade para todos os conselheiros,  
1939 para que esses recursos sejam destinados. Eu me lembro, eu falei que era o último assunto, mas  
1940 surgiu mais um aqui, mas é rápido. Como acompanho esse assunto há muitos anos da Câmara de  
1941 Compensação, eu me lembro até, no início, assim que nós começamos a operar a Câmara de  
1942 Compensação, havia uma dúvida, inclusive, se seria nosso papel de fiscalizar o uso desses recursos  
1943 pela Fundação Florestal e pela própria SEMIL, pelos órgãos aqui citados, como órgãos de controle  
1944 do uso desses recursos. E aí nós, o entendimento na época foi que o nosso controle era um controle  
1945 puramente finalístico, então nós só deveríamos controlar se o uso do recurso tinha sido para aquela  
1946 destinação feita pela Câmara de Compensação, e que todos os demais controles, se o dinheiro tinha  
1947 sido bem gasto ou não, caberia aos órgãos de controle internos e externos, porque, afinal de contas,  
1948 nós estamos lidando com instituições públicas, então submetidas a todos os controles. Então eram  
1949 essas as minhas considerações, e eu aqui, novamente, como representante do deste CONSEMA na  
1950 Câmara de Compensação Ambiental quero novamente agradecer a todos os conselheiros por este  
1951 voto de confiança, e me colocar à disposição sempre dos demais colegas aqui conselheiros, se  
1952 houver alguma dúvida, alguma sugestão da minha atuação em específico da Câmara de  
1953 Compensação Ambiental, eu estou aberto aqui a escutá-los, tá bom? Muito obrigado.

1954

1955 **03:32:26 Jonatas Trindade:** Por favor, Roberto, fique à vontade.

1956

1957 **03:32:28 Roberto Resende:**

1958

1959 Primeiramente, agradecer aqui o subsecretário Jonatas, Alexandre, pela apresentação, doutor  
1960 Daniel, e acho que é importante, acho que nessa sequência a sugestão aqui agradecer, porque essa  
1961 reivindicação que a gente falou das outras vezes vem muito pela atuação no Vale do Ribeira,  
1962 porque a gente participa de colegiados lá das Unidades e do próprio mosaico do Jacupiranga, e  
1963 fica sempre essa preocupação dos outros conselheiros, das comunidades, quanto à questão da  
1964 compensação, que são Unidades de grande porte, com uma questão importante lá de conflito  
1965 socioambiental, inclusive de potencial de biodiversidade, etc., e a gente viu que ela até tem uma  
1966 composição grande, agora, pela questão do PSA Juçara, então aumenta a distribuição ali, mas é  
1967 sempre oportuno entender a distribuição entre as Unidades, entre as regiões. Daí, desdobrando a  
1968 proposta de acompanhamento, não necessariamente o controle, mas o mínimo de  
1969 acompanhamento, da gente tornar esse tipo de informação mais permanente, as atas respondem,  
1970 mas abrir um pouco mais essa questão das Unidades e a distribuição do tipo de projetos, de tornar

1971 isso mais permanente, na forma de painel, ou mesmo de planilhas, uma forma mais constante para  
1972 esse acompanhamento, até para balizar as demandas, que a gente sabe como o fluxo começa na  
1973 Unidade, quem propõe é o gestor, passa pela administração, seja da Fundação, do IPA, ou da  
1974 Coordenadoria, então essa interação com os conselhos é importante para alimentar as demandas e  
1975 o acompanhamento dos projetos. Então acho que o máximo de transparência é interessante para  
1976 dinamizar e otimizar isso, que a gente viu até na outra apresentação, que tinha muito recurso ainda,  
1977 fica essa preocupação lá de baixo, chamando dessa forma. Mas tem tanto recurso lá, como é que  
1978 faz para participar disso? Acessar de alguma forma para a gestão dessas Unidades. E é nessa linha,  
1979 então, da gente pedir para tornar mais permanente e mais amplo esse processo de divulgação desses  
1980 dados, para que oriente, para que tenha um ciclo, para que oriente a demanda de novos  
1981 acompanhamento da eficácia desses usos. E um ponto em especial que eu gostaria de perguntar,  
1982 até para esclarecer um item lá, que é a maior fatia, pelo que deu para entender aqui dos, itens que  
1983 é a proteção, a distribuição tem o SP Sem Fogo, imagino que a vigilância em si, não sei se está  
1984 dividido, se estão contemplados tanto a contratação de empresa terceirizada quanto a remuneração  
1985 lá das diárias e as gratificações para a Polícia Ambiental, e a proporção disso, como está mais ou  
1986 menos, depois, pudesse ser complementado esse tipo de informação. Obrigado.

1987

1988 **03:35:27 Jonatas Trindade:** Então, falando rapidamente, eu acho que concordo com você,  
1989 Roberto. A questão da transparência para a gente é fundamental. Vamos pensar numa forma de  
1990 poder realmente trazer, de forma bastante constante, ou trabalhar de uma forma que traga essa  
1991 transparência na aplicação desses recursos. Tem tido um trabalho, eu acho que a sistemática, não  
1992 sei se eu já falei nas reuniões do CONSEMA, mas eu fiquei muito bem surpreendido com a forma  
1993 como é feita essa condução aqui no Estado de São Paulo. Eu participei da Câmara Federal enquanto  
1994 diretor de licenciamento ambiental, eu acompanhava, era um dos membros da Câmara Federal, e  
1995 via, assim, uma diferença, principalmente na efetividade da aplicação desse recurso, que aqui no  
1996 Estado de São Paulo, quando vem, vem com plano de trabalho bastante maduro, tem um bate bola  
1997 no sentido, por exemplo, a Fundação oferece um plano de trabalho, uma proposta de trabalho que  
1998 vai ser desenvolvida, então a gente avalia aquilo e tem uma devolutiva antes mesmo de submeter  
1999 esse processo. A aprovação da Câmara, e tem uma avaliação técnica que também é feita pelos  
2000 membros da Câmara, que é distribuída esses processos para que sejam analisados esses planos de  
2001 trabalho, então, essa maturidade do estado de São Paulo é salutar nesse sentido, de trazer essa  
2002 possibilidade de ter um plano de trabalho que vá se efetivar na prática, não vai ficar simplesmente  
2003 destinando recursos sem aplicação. Na verdade, quando vem para destinação já está bastante  
2004 madura, inclusive com termo de referência para contratação e coisas do tipo, então, isso é um ponto  
2005 positivo, e a forma como o pessoal tem qualificado esses planos de trabalho também ajuda com  
2006 que a gente possa discutir dentro da Câmara e acompanhar o resultado aferido. Por exemplo, a  
2007 questão do monitoramento da biodiversidade, ele é fundamental para que a gente tenha e reflita  
2008 isso nos planos de manejo, e na forma de atuação da Fundação Florestal para Conservação da  
2009 Biodiversidade, e uso de mais ações como São Paulo Sem Fogo e coisas do tipo, também trazem  
2010 um ganho efetivo, como a gente tem acompanhado ao longo do tempo, não é um trabalho de hoje,  
2011 é algo que tem evoluído, esse ano foi uma complementação de recurso que já tinha sido aplicado  
2012 no ano passado, na Operação São Paulo Sem Fogo, complementando equipamentos e  
2013 disponibilização de material para que haja o combate desses possíveis incêndios nas Unidades de  
2014 Conservação, e a importância da participação de cada órgão que participa, no caso, tanto a CPP,  
2015 como o IPA, como a Fundação, na construção desse plano de trabalho, buscando ter esse olhar  
2016 transversal nas Unidades, e entendendo a importância de cada Unidade contribuir na condução  
2017 desse processo. Eu acho que deu para ficar claro que tem uma distribuição, ela não é homogênea,

2018 porque cada Unidade tem um tamanho e tem uma necessidade, mas há um cuidado para que esse  
2019 trabalho traga essa perenidade e esse olhar, esse cuidado, nessa Unidade de Conservação. Eu não  
2020 sei se o Rodrigo quer contribuir em relação a discussão, mas, por exemplo, em relação a questão  
2021 de vigilância, é muito com esse olhar realmente de proteção dentro da perspectiva de contratação  
2022 daquilo que serve no modelo o que a Fundação Florestal tem discutido ao longo do tempo, do  
2023 aprimoramento na forma de fiscalização ou dessa proteção das Unidades. Quer falar rapidamente,  
2024 Rodrigo?

2025

2026 **03:39:04 Rodrigo Levkovicz:** É isso mesmo, e acho que só tentar entender um pouco o método  
2027 que a gente faz, que o conselheiro trouxe. Na verdade, conselheiro, o que a gente faz? A gente faz  
2028 um planejamento estratégico das ações que a gente tem que focar, porque assim, monitoramento  
2029 de biodiversidade tem que ter em todas as Unidades de Conservação. Projetos de bioeconomia tem  
2030 que ter em todas as Unidades de Conservação, educação ambiental tem que ter em todas as  
2031 Unidades de Conservação. A gente mudou um pouco a lógica de submissão de plano de trabalho  
2032 para a Câmara, antes, cada Unidade fazia um plano de trabalho individualizado, isso era impossível  
2033 de dar efetividade, primeiro porque não tem equipe, e segundo porque o setor de licitação é  
2034 reduzido e a gente começou a identificar projetos estratégicos que poderiam gerar mudanças de  
2035 paradigma. Então, como a gente faz? Sempre se reúne a cada um ano para trazer os projetos  
2036 estratégicos, e aí, com base nos projetos estratégicos, a gente leva demandas que vão atingir o  
2037 estado inteiro. Claro que aí o ajuste fino se dá por cada Unidade de Conservação, por exemplo,  
2038 Juçara, quantos beneficiários a gente vai escolher agora para cada Unidade que foi trazida? Esse  
2039 ajuste fino é feito junto às gestões das Unidades, mas a escolha dos planos, a gente está tendo uma  
2040 visão mais institucional do que local, mas sabendo que essas áreas que a gente está atuando, elas  
2041 são igualmente importantes para todos os locais de atuação. E aí a gente tem usado os recursos do  
2042 Tesouro para fazer essa gestão mais micro, porque você tem mais liberdade na utilização do  
2043 recurso do Tesouro do que, eventualmente, trazer um plano de trabalho para o Jurupará, um plano  
2044 de trabalho para o PTar, um plano de trabalho para a APA dos quilombos. É claro que pode ter um  
2045 caso ou outro que a gente faz esse olhar, mas no geral a gente tem olhado para coisas estratégicas  
2046 e para levar planos de trabalho macro. Acho que só isso.

2047

2048 **03:41:22 Jonatas Trindade:** Mais algum ponto conselheiro? E aí a gente pode aprimorar a  
2049 apresentação com essa perspectiva que você colocou, que realmente, trazer essa clareza, essa  
2050 transparência para a gente é fundamental. A gente não tem problema nenhum em relação a isso,  
2051 acho que é um trabalho técnico que vem sendo desenvolvido. A gente conta também com a  
2052 colaboração dos conselheiros para aprimoramento desse trabalho, a gente não tem modelo fechado,  
2053 ou não tem, muito pelo contrário, tem total abertura para que a gente possa discutir e trabalhar  
2054 junto com vocês, com todos os conselheiros, para que a gente traga o melhor benefício para as  
2055 Unidades de Conservação. Eu acho que o propósito é esse, e essa tem sido a tônica, não é uma  
2056 tônica que veio do ano passado para cá, já uma tônica que já era um modelo construído, e a gente  
2057 simplesmente seguiu com esse trabalho nessa perspectiva e com esse propósito de trazer esse  
2058 melhor benefício para cada Unidade. E eu acho que tem sentido, eu tenho visto, na verdade, um  
2059 resultado bastante positivo, o PSA Juçara, o Mar Sem Lixo, diversos programas que a Fundação  
2060 entende que traz um benefício maior, um resultado maior nessa perspectiva, e realmente, assim,  
2061 para quem acompanha na ponta, tem feito toda a diferença para as comunidades e para a proteção  
2062 das Unidades de Conservação e da biodiversidade, incluída nesse propósito. Tá bom? Não sei se  
2063 temos mais algum ponto, alguém gostaria de contribuir ou fazer um fechamento? Nalon, por favor.

2064 **03:42:58 Marco Nalon:** Só para complementar, Jonatas, não só nessa visão que é do atendimento  
2065 pontual das Unidades de Conservação, como foi colocado, mas não posso deixar de mencionar  
2066 sempre que o inventário florestal, o mapeamento da vegetação nativa de 2020, foi realizado com  
2067 apoio de recursos da Câmara de Compensação, que além das Unidades, ele acaba mapeando todo  
2068 o território, então hoje ele é amplamente utilizado nos Planos de Manejo, ICMS Ambiental, e aí  
2069 ele se tornou base para isso e mais uma série de políticas públicas, a gente desenvolve aqui, os  
2070 planos de ação climática, municípios resilientes. Então é interessante essa sensibilidade da Câmara  
2071 também, que ela vai além da cerquinha da Unidade. Então esse mapa também acaba indicando  
2072 áreas prováveis de se tornar uma Unidade de Conservação, estudos do meio ambiente mais  
2073 elaborados, que acabam refletindo na conservação como um todo. Isso eu tenho que sempre  
2074 agradecer.

2075

2076 **03:44:03 Jonatas Trindade:** O Trani levantou a mão. Por favor, Trani.

2077

2078 **03:44:07 Eduardo Trani:** Eu sei que já estamos no adiantado da hora, mas eu não podia deixar,  
2079 Jonatas e equipe, diante dessa apresentação da Câmara, dizer que eu só tenho a reforçar o excelente  
2080 trabalho que vocês vem fazendo. Eu acho que tem uma importância estratégica fundamental, e  
2081 óbvio, parabenizar e sempre dizer que a política pública vem sendo feita da maneira mais  
2082 inteligente, racional e efetiva. Então, o Daniel, obviamente, citou em detalhes, Alexandre fez, eu  
2083 queria parabenizar sempre os dois representantes, tanto o Nalon quanto o Rodrigo, pelo trabalho,  
2084 pelas escolhas e pelos resultados. E para isso, Jonatas, sob o teu comando, eu queria só fazer uma  
2085 sugestão estratégica em relação aos produtos da Câmara de Compensação, sobretudo para o tema  
2086 das áreas de uso público, dos inúmeros atrativos que foram criados ao longo dos últimos anos,  
2087 nesses últimos dois anos, inclusive, que nós podemos divulgar nesse trabalho que fazemos nas  
2088 regiões metropolitanas do Estado, são 250 municípios nas Câmaras Temáticas de Meio Ambiente  
2089 deles, em que a gente pode, e deve, divulgar os resultados dessas áreas de uso público, de forma  
2090 que a comunidade, a cidade, o cidadão, possa se valer desse entrosamento, obviamente, com a  
2091 natureza, que é a parte das Unidades de Conservação, que estão pondo, porque é só, obviamente,  
2092 elogiar, dizer que o trabalho é fantástico, eu sigo aqui a regra que o Daniel disse, de excelência e  
2093 das escolhas que vocês têm feito em colocar os bons recursos, mas sobretudo, a gente podia, talvez,  
2094 um dia, fazer uma apresentação dos produtos, que é o caderno de realização que as nossas  
2095 Unidades de Conservação tem, para que eles sejam conhecidos por todos os municípes, os  
2096 cidadãos, nessa esfera do debate metropolitano que tem sido feito pelos Conselhos Metropolitanos  
2097 no Estado de São Paulo. Para parabenizar e abrir aqui uma porta de demanda para a gente fazer  
2098 esse trabalho conjunto.

2099

2100 **03:46:14 Jonatas Trindade:** Registrado, Trani, muito obrigado por essa contribuição. Realmente,  
2101 a gente divulga pouco tudo o que é qualificado do ponto de vista, que favoreça a visitação, essas  
2102 reformas, também, que estão postas, que foram aprovadas pela Câmara, são muito importantes e  
2103 vêm sendo realizadas ao longo do tempo. Como falei, não   um trabalho de hoje. Realmente, o  
2104 Estado de São Paulo tem feito o dever de casa e tem trabalhado de uma forma bastante técnica e  
2105 profissional para poder qualificar. Agradecer a provoca o do Roberto nessa questão de  
2106 transparência, na questão da inser o da pauta, para que a gente traga o assunto   discussão, a  
2107 participa o de cada conselheiro aqui. Obrigado Daniel, pelos elogios e pelo apoio na Câmara de  
2108 Compensac o, a equipe que compõe a Câmara de Compensac o, porque   mais um trabalho, mais  
2109 uma atividade que a gente tem que para poder realmente trazer essa efetividade para as Unidades,  
2110 agradecer a participa o e a paciência de cada um de ficar até esse horário, e encerrar essa reunião

2111 com um bom feriado, bom descanso para que a gente recupere as energias. Reforçando o convite  
2112 para a Semana do Meio Ambiente, vou vou reforçar agora com assessoria de comunicação, eles  
2113 ficaram de divulgar hoje, para que vocês possam participar desses momentos que são muito  
2114 oportunos, de reforçar a agenda ambiental do Estado de São Paulo, colocando o Estado de São  
2115 Paulo, como sempre, à disposição para construir com vocês essa agenda ambiental. Eu acho que a  
2116 secretária sempre tem colocado isso, o Estado de São Paulo tem que ser referência na agenda  
2117 ambiental, porque temos capacidade técnica, temos conselheiros que contribuem efetivamente  
2118 com esse trabalho que vem sendo desenvolvido pelo CONSEMA. E eu tenho certeza que a gente  
2119 vai ter, cada vez mais, uma maior aderência entre o que a gente tem proposto com o resultado das  
2120 políticas públicas. Eu acho que o que a gente deseja é que cada vez mais o Estado de São Paulo  
2121 possa evoluir na temática ambiental, e é isso que eu tenho observado, e eu sempre coloco, não é  
2122 uma construção de hoje, é uma construção que vem sendo produzida, o Trani, toda a equipe que  
2123 veio, e a equipe que permanece, o corpo de gestão é um corpo que já vem há algum tempo  
2124 trabalhando, então conhece da matéria ambiental, e a equipe técnica também, então é um elogio e  
2125 um reconhecimento desse trabalho que vem sendo realizado ao longo do tempo e, logicamente,  
2126 com a contribuição de cada um que está aqui. Então, obrigado, bom feriado, bom descanso e  
2127 continuamos com a agenda de trabalho hoje a tarde, mas com feriado à vista. Obrigado.